



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos
de Investimentos

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de cotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços."

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO

(atualizado em 11 de abril de 2008)

PERFAZENDO UM VALOR INICIAL DE:

R\$ 150.000.000,00

**ADMINISTRAÇÃO – CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES, RUA LÍBERO BADARÓ, Nº 425, 23º ANDAR, CENTRO – SÃO PAULO - SP**

CNPJ Nº 09.311.253/0001-50

Standard & Poor's: brAAAf

Benchmark: 109% do CDI

CÓDIGO ISIN DAS COTAS SENIORES DO FUNDO: BRFBICCTF004

EMIÇÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE COTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO (O "FUNDO"), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA ("CNPJ/MF") SOB O Nº 09.311.253/0001-50 E ADMINISTRADO PELA **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08 (A "ADMINISTRADORA"), CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 16 DE JANEIRO DE 2008, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 6º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O Nº 1528651, DE 18 DE JANEIRO DE 2008, SENDO O INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO REGISTRADO NO 6º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O Nº 1533341, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2008; E O INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO REGISTRADO NO 6º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O Nº 1545361, DE 11 DE ABRIL DE 2008.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO – ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS COTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO' DESTES PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 19 A 21.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA DO FUNDO MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS, PODENDO INCLUSIVE ACARRETAR PERDAS SUPERIORES AO CAPITAL APLICADO E A CONSEQUENTE OBRIGAÇÃO DO COTISTA DE APORTAR RECURSOS ADICIONAIS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TUDO QUOTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS E AO FUNDO, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO”, NA PÁGINA 28 DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA.

ORIGINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO



ASSESSORIA LEGAL	CUSTÓDIA E CONTROLADORIA	AGÊNCIA DE RATING	AUDITORIA

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/2008/007 – 26/02/2008

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	5
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO.....	8
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	11
CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE	11
PERFIL DO INVESTIDOR	13
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	13
CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	14
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	14
POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS	16
TAXA DE DESCONTO E DO PREÇO PARA PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS	17
AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO.....	17
FATORES DE RISCO	19
EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS	22
RAZÃO DE GARANTIA	24
ASSEMBLÉIA GERAL	24
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	25
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	26
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	28
TRIBUTAÇÃO.....	28
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	29
CUSTÓDIA E CONTROLADORIA.....	31
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	33
PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	33
ENCARGOS DO FUNDO.....	33
PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	34

BREVE HISTÓRICO DO BICBANCO.....	34
BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	35
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	37
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	37
DIREITOS DE CRÉDITO	38
DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	39
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	40
EXEMPLARES DO PROSPECTO	40
ATENDIMENTO AO COTISTA	40
RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA	40
FORO	41
ANEXO I – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO.....	42
E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA.....	42
ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	43
ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR	44
ANEXO IV – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	45
ANEXO V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BICBANCO	46
ANEXO VI – REGULAMENTO FINAL DO FUNDO.....	52

GLOSSÁRIO

1ª Série: a 1ª série de cotas seniores;

ADMINISTRADORA: a CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;

Agência Classificadora de Risco: a Standard & Poor's, localizada na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1253 – 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

BACEN: o Banco Central do Brasil;

BICBANCO: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1048, 12º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 07.450.604/0001-89;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP;

Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos de crédito ao **FUNDO**;

Contratos de Empréstimo: os contratos de mútuo e as cédulas de crédito bancário celebrados entre o BICBANCO e os respectivos Sacados;

Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avencas celebrado entre o **FUNDO** e o BICBANCO;

Contrato de Custódia: o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o **FUNDO**, o **CUSTODIANTE** e o BICBANCO;

Convênios: os convênios celebrados entre o BICBANCO e os Entes Públicos Conveniados;

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

Cotistas: os investidores que venham adquirir cotas de emissão do **FUNDO**;

Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**;

CUSTODIANTE: BANCO ITAÚ S.A., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – SP, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0527-59, cujo endereço para correspondência é: Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 8º andar – Torre Eudoro Vilela, CEP:04344-902;

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

Data da 1ª Emissão de cotas seniores: a data da primeira integralização de cotas seniores do **FUNDO**;

Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

Dia(s) Útil(eis): Segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;

Direitos de Crédito: as parcelas oriundas dos Contratos de Empréstimo;

Direitos de Crédito Elegíveis: os Direitos de Crédito oriundos e representados por Contratos de Empréstimo que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

Documentos Representativos do Crédito: os Contratos de Empréstimo e os convênios firmados entre o BICBANCO e os Entes Públicos Conveniados;

Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais e o INSS, que mantenham convênio firmado com o BICBANCO;

ESCRITURADOR: o **BANCO ITAÚ S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – SP, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0527-59, cujo endereço para correspondência é: Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 8º andar – Torre Eudoro Vilela, CEP:04344-902

Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVI do Regulamento;

Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;

FUNDO: o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar;

Índice de Inadimplência de 30 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos entre 16 (dezesesseis) e 30 (trinta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vencidos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;

Índice de Inadimplência de 60 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vencidos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;

Índice de Inadimplência de 90 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vencidos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;

Índice de Inadimplência acima de 90 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos há mais de 91 (noventa e um) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vencidos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;

Instrução CVM 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;

INSS: o Instituto Nacional do Seguro Social;

Público-Alvo: investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM;

Razão de Garantia: é a relação de 75% (setenta e cinco por cento) entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, calculada pela **ADMINISTRADORA**;

Sacados: servidores públicos ativos e inativos vinculados a pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais, bem como os aposentados e/ou pensionistas beneficiários e vinculados ao INSS, que celebraram Contratos de Empréstimo com consignação em folha de pagamento junto ao BICBANCO.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

EMISSIONER DAS COTAS: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO.

TIPO DE FUNDO: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado.

Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o **FUNDO** é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.

OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO: Proporcionar aos Cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO** na aquisição de direitos de crédito para o **FUNDO**, oriundos e representados por Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pelo BICBANCO.

BENCHMARK DAS COTAS SENIORES: 109% (cento e nove por cento) da taxa do CDI. Não existe qualquer promessa do **FUNDO**, do **CUSTODIANTE** ou da **ADMINISTRADORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

As Cotas Subordinadas não possuirão padrão de rentabilidade definido.

PRAZO DE DURAÇÃO: O **FUNDO** tem prazo indeterminado.

A 1ª Série terá prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da primeira integralização de cotas seniores, e serão amortizadas mensalmente a partir do 13º (décimo terceiro) mês.

EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia 31 de janeiro de cada ano.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS SENIORES: A 1ª Série do **FUNDO** obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brAAAf. A **ADMINISTRADORA** deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das cotas seniores do **FUNDO** pela Agência Classificadora de Risco.

QUANTIDADE INICIAL DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE: 150.000

VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS COTAS: R\$ 1.000,00

PATRIMÔNIO ESTIMADO: R\$ 200.000.000,00, considerando a colocação total de Cotas Seniores e Subordinadas.

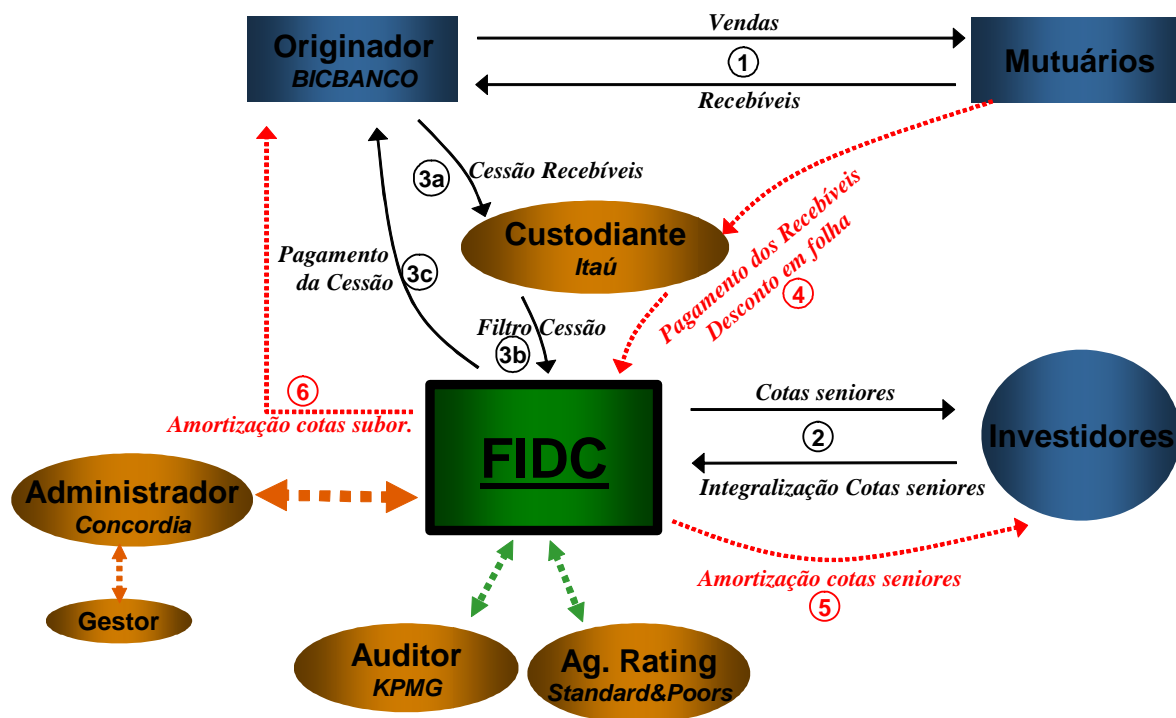
CLASSES DE COTAS: As cotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Características da 1ª Série”, na página 11 deste Prospecto.

RAZÃO DE GARANTIA:	75% (setenta e cinco por cento), isto quer dizer que o FUNDO deverá manter no máximo 75% (setenta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Seniores e no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) representado por Cotas Subordinadas.
PÚBLICO ALVO:	<p>Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do FUNDO, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409.</p> <p>Investidores não residentes poderão adquirir cotas do FUNDO, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.</p> <p>As cotas seniores da 1ª Série do FUNDO serão destinadas ao Público-Alvo, e as cotas subordinadas do FUNDO serão subscritas exclusivamente pelo BICBANCO.</p>
VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO:	O valor mínimo de subscrição de cotas seniores é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	O FUNDO aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção “Política de Investimento e Composição da Carteira”, na página 13 deste Prospecto.
NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO:	A 1ª Série de cotas seniores do FUNDO terá registro para negociação no mercado secundário na apenas na Câmara de Custódia e de Liquidação – CETIP.
AMORTIZAÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:	A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores, as cotas seniores do FUNDO representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores amortizados mensalmente.
RESGATE DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:	O resgate das cotas seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data do início da distribuição pública das Cotas Seniores. Vide seção “Características da 1ª Série”, na página 11 deste Prospecto.
INÍCIO DO FUNDO:	06/03/2008
CONTA PARA APLICAÇÃO	Banco Itaú S.A., Agência 2001, C/C 64.473-7
BASE LEGAL:	Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos dos Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos de Crédito Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA E GESTORA	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP CNPJ: 52.904.364/0001-08 Telefone: (11) 3241-3122
DISTRIBUIDOR	BICBANCO S.A. Avenida Paulista nº 1048, 12º andar São Paulo - SP CNPJ: 07.450.604/0001-89 Telefone: (11) 2173-9000
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS:	Banco Itaú S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 São Paulo - SP CNPJ: 60.701.190/0001-04 Telefone: (11) 5029-7309/ (11) 5029-1760
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	Standard & Poor's Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1253 – 10º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 5501-8935
ASSESSORIA JURÍDICA	FreitasLeite, Fagundes Advogados Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.666, 9º Andar São Paulo - SP CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3202-3200
AUDITORIA:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

A 1ª Série terá prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da primeira integralização de cotas seniores.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 109% (cento e nove por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

As cotas subordinadas não terão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Em relação às cotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

Serão distribuídas publicamente até 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas seniores, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). O valor mínimo de subscrição no período de distribuição das cotas seniores da 1ª Série é de R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 24.000 (vinte e quatro mil) cotas seniores da 1ª Série, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de cotas do **FUNDO**.

Eventual saldo não colocado de Cotas da 1ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As cotas seniores representativas da 1ª Série do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.

Na subscrição de cotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Na subscrição de cotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

As cotas seniores da 1ª Série, bem como as cotas subordinadas terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das cotas seniores da referida Série.

O preço de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A distribuição da 1ª Série do **FUNDO** será liderada pelo **BICBANCO**, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

A **ADMINISTRADORA** deverá constituir uma reserva para o pagamento das amortizações das cotas seniores da 1ª Série ("Reserva de Amortização"), de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º do Regulamento, de modo que:

I - 90 (noventa) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores da 1ª Série;

II - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores da 1ª Série;

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores da 1ª Série.

Caso a **ADMINISTRADORA** verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito acima, a **ADMINISTRADORA** deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

A constituição da Reserva de Amortização não constitui promessa do **FUNDO** e/ou da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE** de rendimentos ou de garantia de pagamento das parcelas de amortização, mas tão só estabelecem um procedimento de constituição de reservas para tanto, razão pela qual as cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do **FUNDO** assim o permitirem.

Adicionalmente à Reserva de Amortização, a **ADMINISTRADORA** deverá constituir, a partir da Data da 1ª Emissão de cotas seniores da 1ª Série, uma reserva para o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, bem como para complementação da Reserva de Amortização ("Reserva de Caixa"), para a qual serão segregados e mantidos destacados na contabilidade do **FUNDO** recursos em moeda corrente nacional e em investimentos realizados na forma do artigo 5º do Regulamento, no valor mínimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Ao final do prazo de duração da 1ª Série, os recursos da Reserva de Caixa serão alocados para fins de resgate das cotas seniores sendo que a segregação contábil antes mencionada será efetuada mediante instrução da **ADMINISTRADORA** ao **CUSTODIANTE**.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores, as cotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês
1/36	1/35	1/34	1/33	1/32	1/31
19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
1/30	1/29	1/28	1/27	1/26	1/25
25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
1/24	1/23	1/22	1/21	1/20	1/19
31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
1/18	1/17	1/16	1/15	1/14	1/13

37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7
43º mês	44º mês	45º mês	46º mês	47º mês	
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O resgate das cotas seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores.

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas mensalmente, após comunicação e concordância dos cotistas subordinados, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 44º (quadragésimo quarto) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores, ressalvada a hipótese prevista no artigo 35 do Regulamento.

A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que a relação entre o valor das quotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja maior que 25% (vinte e cinco por cento), ressalvada a hipótese prevista no artigo 35 do Regulamento, e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das cotas seniores prevista para aquele mês, definida neste Suplemento; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de cotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção da Razão de Garantia definida no artigo 40 do Regulamento.

PERFIL DO INVESTIDOR

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409.

Investidores não residentes poderão adquirir cotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito Elegíveis a serem cedidos ao **FUNDO** não contam com coobrigação do BICBANCO.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** ou fundos de investimentos por ela administrados e/ou geridos atuem como contraparte do **FUNDO**.

O **FUNDO** não poderá adquirir direitos de crédito da **ADMINISTRADORA** e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O **FUNDO** não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que o BICBANCO ou quaisquer pessoas

controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum da referida sociedade figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

O **FUNDO** não poderá realizar:

i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e

ii) operações de “day-trade”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente na modalidade “com garantia” e com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do disposto acima, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, neste caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º, alíneas “a”, “b” e “c” do Regulamento.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo **FUNDO**, os direitos de crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.

As Condições de Cessão serão avaliadas pela **ADMINISTRADORA** mediante recebimento de declaração firmada pelo BICBANCO de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às condições abaixo relacionadas:

I - decorram de Contratos de Empréstimo concedidos pelo BICBANCO a Sacados cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;

II - decorram de Contratos de Empréstimo concedidos pelo BICBANCO a Sacados com idade entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos;

III - decorram de Contratos de Empréstimo concedidos pelo BICBANCO a Sacados que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, mais do que 01 (uma) parcela vencida e não paga junto ao BICBANCO;

IV - tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Sacados;

V – não sejam oriundos de Contratos de Empréstimo concedidos a Sacados vinculados a determinado Ente Público Conveniado que apresente atrasos no repasse de valores consignados por um período igual ou superior a 02 (dois) meses consecutivos junto ao BICBANCO; e

VI - os Contratos de Empréstimo que tenham como devedores Sacados vinculados ao Ente Público Conveniado Estado do Rio de Janeiro não poderão ter o vencimento de nenhuma de suas respectivas parcelas posterior ao mês antecedente do término do prazo de duração da 1ª Série de cotas seniores emitida.

Não obstante o disposto no inciso II, do parágrafo 1º acima, o **FUNDO** poderá adquirir Direitos de Crédito cujos Sacados possuam idade superior a 75 (setenta e cinco) anos, desde que, obrigatoriamente, tais Direitos de Crédito contem com cobertura por apólice de seguro que garanta o pagamento dos mesmos ao **FUNDO** em caso de morte do Sacado.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade:

I – o número de parcelas a vencer de um mesmo Contrato de Empréstimo a ser cedido ao **FUNDO**, no momento da cessão, será de no máximo, 84 (oitenta e quatro), desde que o vencimento de qualquer das parcelas não seja posterior ao prazo de duração da respectiva Série “n” de cotas seniores emitida;

II – o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado a serem cedidos ao **FUNDO** no momento da cessão, devem ter valor máximo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); e

III – os Sacados não poderão estar inadimplentes com o **FUNDO** no momento da cessão.

Uma vez que o patrimônio líquido do **FUNDO** alcance o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado a serem cedidos ao **FUNDO** no momento da cessão não poderá exceder a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Se o patrimônio líquido do **FUNDO** alcançar o montante mínimo de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado a serem cedidos ao **FUNDO** no momento da cessão não poderá exceder a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

A alteração dos percentuais de concentração indicados nos parágrafos acima ocorrerá mediante comunicação prévia efetuada pela **ADMINISTRADORA** e endereçada ao **CUSTODIANTE** e será implementada pelo **CUSTODIANTE** em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida comunicação, observado que o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado não poderá representar percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido **FUNDO**, que deverá ser verificado e observado pelo **CUSTODIANTE** no momento da cessão de Direitos de Crédito ao **FUNDO**, consta do Anexo II do Regulamento.

Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **CUSTODIANTE** e a **ADMINISTRADORA**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

O BICBANCO será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. O **CUSTODIANTE** e a **ADMINISTRADORA** não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o BICBANCO, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Qualquer decisão assemblear que delibere sobre alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade deverá ser comunicada em até 48 (quarenta e oito) horas, ao **CUSTODIANTE**, e este verificará o prazo para implementação nos sistemas e caso, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o **CUSTODIANTE** não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao **FUNDO** ou da substituição do **CUSTODIANTE**.

Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado acima, serão consideradas aceitas tacitamente pelo **CUSTODIANTE** as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

Durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**, contados a partir da Data da 1ª Emissão de cotas seniores, os limites estabelecidos no presente Regulamento não serão observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, todos os limites estabelecidos no Regulamento serão totalmente exigidos e plenamente observados podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo por igual período, desde que a **ADMINISTRADORA** apresente motivos que justifiquem tal prorrogação.

Uma vez cedidos ao **FUNDO**, não há possibilidade de alteração do cronograma de pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis, em função de renegociação ou refinanciamento dos Contratos de Empréstimo.

Renegociação é a alteração das condições de pagamento dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do **FUNDO**, sem a celebração de novo Contratos de Empréstimo.

Refinanciamento é o refinanciamento de Direito de Crédito Inadimplido de titularidade do **FUNDO**, mediante a celebração de novo Contratos de Empréstimo.

Pré-pagamento é o pagamento de parcelas liquidadas integralmente com mais de 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo Contrato de Empréstimo com o mesmo Sacado até 30 (trinta) dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado.

Na hipótese de se verificar o pré-pagamento de qualquer dos Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO**, o BICBANCO não cobra ou cobrará taxa de liquidação antecipada.

Para maiores informações sobre pré-pagamento dos Direitos de Crédito, veja a seção “Informações e Estatísticas sobre Pré-pagamento, Inadimplimento e Perdas”, na página 39 deste Prospecto.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

A política de concessão de crédito aos Sacados é desenvolvida e monitorada pelo BICBANCO, e consiste, sinteticamente, nas seguintes diretrizes:

I - Os Contratos de Empréstimo devem ser concedidos para Sacados somente se as parcelas de pagamento dos Contratos de Empréstimo pretendidos forem compatíveis com seus vencimentos e com a sua margem consignável, tendo em vista que os convênios celebrados com os Entes Públicos Conveniados estabelecem percentuais máximos da remuneração e possuem normatização específica de seus respectivos Sacados vinculados;

II - A definição dos limites leva em consideração os descontos obrigatórios de cada Ente Público Conveniado, excluindo-os dos vencimentos. Assim, o Sacado deve apresentar documentos que comprovem seu vínculo junto ao Ente Público Conveniado e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento, comprovada através dos últimos contracheques; e

III - Os Contratos de Empréstimo devem ter valor máximo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pelo BICBANCO, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantêm convênio para que as parcelas dos Contratos de Empréstimo sejam descontadas em folha de pagamento.

As etapas da cobrança consistem em:

I – Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Sacados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) dos Contratos de Empréstimo vencida(s) no período;

II – Os valores descontados são repassados ao BICBANCO, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;

III – O repasse mensal para o BICBANCO pode ser, conforme o Ente Público Conveniado, realizado por uma única ou várias transferências bancárias;

IV – Ao receber os valores repassados diretamente pelos Entes Públicos Conveniados, o BICBANCO os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Entes Públicos Conveniados, informando quais Sacados terão as parcelas dos Contratos de Empréstimo descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes;

V – Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o BICBANCO questiona o Ente Público Conveniado, o próprio banco oficial ou as instituições conveniadas a estes, que podem ter determinado o repasse de valor diverso do previsto;

VI – Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VII – Os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pelo BICBANCO são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados após o recebimento completo do Ente Público Conveniado.

A cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos será realizada pelo BICBANCO, conforme descrito no Contrato de Cessão. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I - caso o Sacado tenha se desligado do Ente Público Conveniado, o BICBANCO buscará obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;

II - se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente e eventual cobrança judicial da quantia devida;

III - se a causa da inadimplência é a morte do Sacado, busca-se cobrar do espólio, ou procede-se ao recebimento da indenização a ser paga pelo seguro, quando o crédito cedido ao **FUNDO** for garantido por seguro; e

IV - se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Sacado.

O **CUSTODIANTE** durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos de Crédito Inadimplidos ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao BICBANCO realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

TAXA DE DESCONTO E DO PREÇO PARA PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS

O pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis às Cedentes será efetuado à vista em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PA = VN / \{[(Fator DI - 1) \times Fator Spread]\} + 1$$

Onde :

PA : Preço de Aquisição

VN : Valor nominal do Direito de Crédito Elegível objeto da aquisição

Fator DI: fator correspondente ao CDI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator DI = [(Dlf/100) + 1]^{1/252}$$

Onde,

Dlf = taxa de juros pré-fixada no período *N*, referenciada pela curva de futuros da BM&F, e expressa em base 252 dias úteis

N = número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Fator Spread: sobretaxa de juros fixos calculada com 8 (oito) casas decimais.

Pm = prazo médio, em dias úteis, do lote de Direitos Creditórios que está sendo ofertado pela Cedente ao Fundo, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pm = \frac{\sum_{i=1}^n Ni \times VNi}{\sum_{i=1}^n VNi}$$

As negociações para a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis pelo **FUNDO** serão realizadas a taxas de mercado, observando-se que, na data deste Prospecto, a taxa mínima praticada pelo **FUNDO** na aquisição de direitos creditórios será equivalente à taxa do CDI acrescida de um spread de 87%.

AValiação DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

As cotas do **FUNDO** serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a

seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos de crédito e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira.

Por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos de Crédito integrantes da carteira do **FUNDO** serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos (correspondentes ao deságio sobre seu valor de face) feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os demais ativos da carteira do **FUNDO** serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo **CUSTODIANTE**, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do **FUNDO** será efetuada com base nas cotações obtidas junto à BOVESPA, BM&F, SISBACEN ou outros mercados organizados em que o ativo for negociado, de acordo com as regras do Banco Central e da CVM aplicáveis ao **FUNDO**.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos de Crédito ou com os outros ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682, quais sejam a classificação dos Direitos de Crédito nos níveis de risco estabelecidos no Artigo 1º da referida Resolução, bem como a transferência e permanência de Direitos Creditórios Inadimplidos em conta de compensação, na forma de seu Artigo 7º. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do **FUNDO**, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no Capítulo II, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do **FUNDO**, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a **ADMINISTRADORA** obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do **FUNDO**, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, na seguinte ordem:

I - no pagamento dos custos correntes do **FUNDO**;

II - na amortização e/ou resgate das cotas seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;

III - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional; e

IV - na amortização e/ou resgate de cotas subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Os Direitos de Crédito Inadimplidos:

a) os Direitos de Crédito Inadimplidos submeter-se-ão às regras de provisão indicadas no COSIF, sendo classificados, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: nível AA; nível A; nível B; nível C; nível D; nível E; nível F; nível G e nível H, nos termos do Artigo 1º da Resolução CMN nº 2682, de acordo os períodos de atraso no pagamento, correspondendo o nível H a atrasos superiores a 180 (cento e oitenta) dias;

b) os Direitos de Crédito Inadimplidos classificados como de risco nível H serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior;

c) os Direitos de Crédito Inadimplidos permanecerão registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

Nos termos do item (a) acima, os níveis de risco, provisão e faixa de atraso são os seguintes:

Níveis de Risco	% Provisão	Atraso (faixas de vencimento)
I – nível AA	-	-
II – nível A	0,5%	Atraso de até 14 dias
III – nível B	1,0%	Atraso de 15 a 30 dias
IV – nível C	3,0%	Atraso de 31 a 60 dias
V – nível D	10%	Atraso de 61 a 90 dias
VI – nível E	30%	Atraso de 91 a 120 dias
VII – nível F	50%	Atraso de 121 a 150 dias
VIII – nível G	70%	Atraso de 151 dias a 180 dias
IX – nível H	100%	Atraso superior a 180 dias

A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos de Crédito do mesmo Sacado (“efeito vagão”).

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

FATORES DE RISCO

Os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o cotista.

Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

RISCO DE CRÉDITO: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos Direitos de Crédito e ativos financeiros pelos seus emissores, devedores ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**. Ademais, em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando o **BICBANCO** obrigado à restituição do preço de aquisição pago pelos Direitos de Crédito. Caso o **BICBANCO** não tenha capacidade de restituir os valores por ele devidos ao **FUNDO**, o **FUNDO** e os seus cotistas poderão vir a sofrer prejuízos substanciais;

RISCO DE LIQUIDEZ: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

RISCO DE DERIVATIVOS: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Ainda, há possibilidade do **FUNDO** auferir patrimônio líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas.

RISCO DE MERCADO: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO: A **ADMINISTRADORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em direitos de crédito cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO EM UM ÚNICO CEDENTE: Os direitos de crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pelo BICBANCO. A aquisição de direitos de crédito originados exclusivamente pelo BICBANCO pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo BICBANCO aos Sacados e da capacidade deste originar Direitos de Crédito Elegíveis.

RISCO DE DESCASAMENTO: Os direitos de crédito componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as cotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

RISCO DE DESENQUADRAMENTO: Nos termos do parágrafo 11º, do artigo 10 do Regulamento, durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**, contados a partir da Data da 1ª Emissão de cotas seniores, os limites estabelecidos no presente Regulamento não serão observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, todos os limites estabelecidos no Regulamento serão totalmente exigidos e plenamente observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, o **FUNDO** deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por direitos de crédito, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo por igual período, desde que a **ADMINISTRADORA** apresente motivos que justifiquem tal prorrogação.

RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS: O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos dos regastes.

RISCOS ASSOCIADOS AOS SACADOS: Os direitos de crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Sacado devedor. A capacidade de pagamento do Sacado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação aos Contratos de Empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Sacado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas dos Contratos de Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar dos Contratos de Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Sacado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes dos Contratos de Empréstimo contraídos, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

RISCO OPERACIONAL DOS ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS: Os Contratos de Empréstimo contraídos pelos Sacados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Sacado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Sacados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos de crédito.

RISCO OPERACIONAL DE SISTEMAS: O desconto em folha de pagamento das parcelas dos Contratos de Empréstimo e o repasse ao BICBANCO dos direitos de crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo o BICBANCO, a **ADMINISTRADORA** ou o **CUSTODIANTE** controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Sacados ou seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

RISCO DO CONVÊNIO: O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Sacados é viabilizado por convênios celebrados entre o BICBANCO e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos de crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos de crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos de crédito componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.

RISCO DA COBRANÇA BANCÁRIA: O BICBANCO é também o agente cobrador dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO** e os recursos transitam por uma conta de titularidade do BICBANCO no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao **CUSTODIANTE**, para sua conseqüente compensação. Caso o BICBANCO sofra qualquer processo de falência, liquidação ou evento assemelhado, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, conseqüentemente, resultar em perda ao **FUNDO**, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, que pode levar a uma redução no valor das cotas seniores.

COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL: A titularidade dos direitos de crédito é do **FUNDO** e, portanto, somente o **FUNDO** detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Todavia, o BICBANCO é nomeado pelo **FUNDO**, como agente de cobrança do **FUNDO**, dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e o regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantia de que o BICBANCO consiga receber dos Sacados os Direitos de Crédito Inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e seus cotistas.

RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM DIREITOS DE CRÉDITO: Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos de crédito. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DA AMORTIZAÇÃO E/OU RESGATE: Poderá haver atraso no pagamento das amortizações e/ou do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

RISCO DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO: O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter direitos de crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos de crédito. O BICBANCO realizará a guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiel depositária dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso o BICBANCO tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.

AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO AOS SACADOS: A cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO** não será notificada previamente aos Sacados. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do BICBANCO dos créditos recebidos pelos Sacados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Sacados, os direitos de crédito relativos aos Sacados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.

RISCO DE QUESTIONAMENTO JUDICIAL: Os Contratos de Empréstimo podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Contratos de Empréstimo; (ii) nas taxas aplicadas e (iii) na forma de cobrança dos Contratos de Empréstimo concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Contratos de Empréstimo poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

RISCOS DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ DAS COTAS DO FUNDO NO MERCADO SECUNDÁRIO: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série. Outrossim, as cotas do **FUNDO** poderão ser negociadas em mercado secundário. Contudo, mesmo que admitidas à negociação em mercado secundário, poderá haver ausência de liquidez das referidas cotas, acarretando os riscos daí decorrentes.

RISCO DE PERDA DE MARGEM CONSIGNÁVEL DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: Apesar de ser verificada a margem consignável em folha de pagamento nos Contratos de Empréstimo, quando de sua celebração e quando da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO**, tais contratos podem perder a referida margem em virtude de eventos futuros, tais como o desconto de pensões alimentícias, acarretando, assim, os riscos daí decorrentes.

RISCO DE CONFLITOS DE INTERESSE: Uma vez que o BICBANCO é o único cedente de Direitos Creditórios ao **FUNDO** e também atua como agente de cobrança, podendo surgir situações de conflito de interesse, decorrentes de tal fato.

DEMAIS RISCOS: O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

O BICBANCO efetuará a cessão dos Direitos de Crédito exclusivamente para o **FUNDO**. Desta forma, o BICBANCO não cederá Direitos de Crédito por ele originados para outros fundos de investimento em direitos creditórios em funcionamento.

As aplicações no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o **FUNDO** poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou

a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos de Crédito ou ativos financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela **ADMINISTRADORA**.

EMIÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

As cotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista. Observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento, as características, os direitos e obrigações dentro de cada classe de cotas seniores e subordinadas serão idênticos.

As cotas seniores serão destinadas ao Público-Alvo.

As cotas subordinadas serão subscritas exclusivamente pelo BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas.

No ato da primeira aplicação no **FUNDO**, o cotista:

- I - receberá cópia do presente Regulamento do **FUNDO**;
- II - assinará o Termo de Adesão ao presente Regulamento;
- III - declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente; e
- IV – assinará o Boletim de Subscrição de cotas.

Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

As cotas seniores são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das cotas seniores do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento.

Será admitida a integralização total ou parcial de cotas subordinadas do **FUNDO**, com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento, bem como os critérios definidos no boletim de subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das cotas subordinadas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da cota subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

As cotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

Na emissão de cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO**. Para fins de amortização e resgate das cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor do dia do pagamento da amortização e/ou do resgate respectivo.

As cotas seniores, bem como as cotas subordinadas terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das cotas da respectiva Série.

O preço de subscrição das cotas seniores de cada Série “n” poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

A critério da **ADMINISTRADORA**, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de cotas seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª data de emissão das cotas de cada Série "n", definido no Suplemento da Série "n" de cotas seniores e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os cotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os cotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de cotas seniores que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Na emissão de cotas mencionadas acima, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 40 do Regulamento.

As cotas mencionadas acima deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As cotas seniores poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As cotas seniores do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

As cotas seniores do **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. A critério da **ADMINISTRADORA**, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix e no ambiente de negociação Soma Fix.

As amortizações de cada Série de cotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da 1ª Série, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Enquanto existirem cotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 40 do Regulamento.

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no Suplemento da 1ª Série de cotas seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas a hipótese prevista no artigo 35 do Regulamento.

A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das cotas subordinadas previstas neste artigo.

Na hipótese de as cotas subordinadas representarem mais de 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização prevista neste artigo; e

II - as cotas subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente ao re-equilíbrio da Razão de Garantia, após comunicação e concordância dos cotistas subordinados. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista no artigo 40 do Regulamento.

A amortização das cotas seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de cotas previstos para cada série de cotas seniores, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

A antecipação do início da amortização de cotas seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

O pagamento das amortizações das cotas seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da 1ª Série.

Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO** ou de sua liquidação antecipada.

O **FUNDO** somente efetuará amortizações, resgates e aplicações em Dias Úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será calculada e verificada diariamente pela **ADMINISTRADORA** e será acessível aos Cotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do *site* da **ADMINISTRADORA** (www.concordia.com.br).

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado acima, com cotas subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no caput e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

b) informará ao BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas o número mínimo de cotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado acima.

III – O BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II acima, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e cotas seniores mencionada acima.

IV - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II acima, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte do BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, de um número de cotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II acima quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Em razão do disposto acima, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de cotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XIII do Regulamento.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembléia Geral de cotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação do **FUNDO**.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**; e

III - não exercer cargo no BICBANCO.

A convocação da Assembléia Geral de Cotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado no Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de cotistas possuidores de cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 41 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado neste Prospecto ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

I – lista de cotistas presentes na assembléia geral;

II – cópia da ata da assembléia geral; e

III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA**, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 17 do Capítulo VIII do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos de crédito em desacordo com as condições de cessão ou os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento;

V - não subscrição, por qualquer motivo, pelo BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 40 do Regulamento, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;

VI – se houver rescisão do Contrato de Custódia;

VII - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;

VIII - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os direitos de crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;

IX - não pagamento, nas datas de amortização e/ou na data de resgate do valor da amortização e/ou do valor do resgate das cotas seniores;

X – amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

XI – caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 30% (trinta por cento);

XII – caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento);

XIII – caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 7% (sete por cento);

XIV – caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 5% (cinco por cento);

XV – caso o CDI seja superior a 130% que o CDI do dia imediatamente superior.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de direitos de crédito. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 51 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - sempre que assim decidido pelos Cotistas em assembléia geral especialmente convocada para tal fim além das hipóteses descritas no artigo 40, parágrafo 1º e artigo 16, II, “b”, ambos do Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos;

V – se houver decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou cassação da autorização para funcionamento do BICBANCO;

VII - constatação, pela **ADMINISTRADORA**, de que o BICBANCO cedeu, ou tentou ceder ao **FUNDO**, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados;

VIII - caso a **ADMINISTRADORA** deixe de convocar Assembléia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 48 do Regulamento;

IX - caso o BICBANCO deixem de comunicar à **ADMINISTRADORA** a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;

X - renúncia da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** com a conseqüente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento;

XI – caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 30% (trinta por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 35% (trinta e cinco por cento);

XII – caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 30% (trinta por cento);

XIII – caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 7% (sete por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 10% (dez por cento); e

XIV – caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 5% (cinco por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 7% (sete por cento).

Se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os cotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembléia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das cotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de cotas detida por cada titular sobre o valor total das cotas em existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e ativos financeiros a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE** perante os cotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de cotas seniores que detenha a maioria das cotas seniores existentes.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do **FUNDO** definidos no artigo 50 do Regulamento. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos cotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 50 do Regulamento.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de cotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 21 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das cotas seniores, será pago aos titulares de cotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular, observando-se:

I - os cotistas poderão receber tal pagamento em direitos de crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 50, do Regulamento cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 21 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que a **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos direitos de crédito de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 21 do Regulamento,

acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das cotas seniores e cotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais cotas de mesma classe.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração de cotas e gestão da carteira do **FUNDO** uma de taxa de administração equivalente ao percentual de 0,13% aa (treze centésimos por cento ao ano), incidentes sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$ 16.370,00 (dezesesseis mil, trezentos e setenta reais), prevalecendo o maior valor.

O valor mensal fixo será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por Dia Útil, com base no percentual referido no parágrafo acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de custódia do **FUNDO** uma remuneração de 0,18% (dezoito centésimos por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, ou um valor mensal fixo de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

A remuneração do **CUSTODIANTE** será provisionada mensalmente e paga diretamente pelo **FUNDO** até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **FUNDO** não possui taxa de performance e/ou de saída.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos De Crédito) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos De Crédito), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;

20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;

17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e

15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:
22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

AMORTIZAÇÃO DE COTAS

No caso de amortização de cotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

ALIENAÇÃO DE COTAS DO FUNDO A TERCEIROS

Na hipótese de alienação de quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio cotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do cotista do **FUNDO**.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das quotas.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração e gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

A **ADMINISTRADORA** realizará a distribuição de cotas do **FUNDO** em regime de melhores esforços e poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Regulamento.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II – receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V – custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI – fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII – providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

A divulgação das informações prevista no inciso IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no DCI, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembléias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do supra disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos de crédito;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX – fazer, em documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução 356.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, nos termos do Decreto-Lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de cotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

As atividades de custódia do **FUNDO** previstas no artigo 38 da Instrução 356 e as atividades de controladoria de cotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos de crédito representados pelos Documentos Representativos de Crédito;

II - validar os direitos de crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos de crédito, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos de crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos de crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente e órgãos reguladores; e

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

As atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão realizadas pelo **ESCRITURADOR**, nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Instrução CVM 356.

O BICBANCO foi contratado pelo **CUSTODIANTE** como fiel depositário dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo **FUNDO**, conforme previsto no Contrato de Custódia. O BICBANCO, às suas expensas, poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, o lastro dos direitos de crédito por amostragem, comunicando o resultado desta verificação à **ADMINISTRADORA** e à agência classificadora de risco do **FUNDO**. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE** poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto ao BICBANCO, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

Ao realizar a verificação referida no parágrafo acima, o **CUSTODIANTE** apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre o BICBANCO e o respectivo Sacado relativo à contratação de Contratos de Empréstimo, bem como de autorização por escrito para o desconto em folha de pagamento.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes parâmetros;

(a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos do Crédito, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

(b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

(i) Grau de Confiança: 95%;

(ii) Limite de Erro Tolerável: 5%;

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

(c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

(d) a amostra irá refletir 1% (um por cento) da população, limitado ao máximo de 200 (duzentos) contratos. Por exemplo, para um universo de 15.000 (quinze mil) contratos, o auditor verificará 150 (cento e cinquenta) contratos (amostra correspondente a 1% da população).

Na análise física do contrato celebrado por escrito entre o BICBANCO e o respectivo Sacado a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens;

1. Número do Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
2. Número do CPF do Sacado confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
3. Nome do Sacado confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de amostra;
4. Dia de Vencimento de Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
5. Número de Parcelas Cedidas ao **FUNDO** confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
5. O Valor Total Cedido ao **FUNDO** confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
6. Possui assinatura do Sacado no Termo de Adesão;
7. Possui assinatura do representante do BICBANCO no Termo de Adesão;
8. Possui assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Termo de Adesão;
9. Local e data estão preenchidos no Termo de Adesão;
10. Existe Autorização de Desconto em Folha de Pagamento do Sacado;
11. Se houver Autorização para Desconto em Folha, este possui a assinatura do Sacado;
12. Se houver Autorização de Desconto em Folha de Pagamento, todos os campos estão preenchidos;
13. Existe Termo de Averbação do Órgão Público;
14. Se houver Termo de Averbação, este possui assinatura do representante do Órgão Público;
15. Se houver Termo de Averbação, todos os campos estão preenchidos;
16. Existem cópias de documentos de identidade anexas.

(e) em decorrência da adoção de verificação do lastro por amostragem, nos demonstrativos trimestrais elaborados pela **ADMINISTRADORA**, deverão constar: (i) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior, adotados pelo **CUSTODIANTE**, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (ii) os resultados da verificação do lastro por amostragem realizada no trimestre anterior pelo **CUSTODIANTE**, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;

(f) na primeira auditoria, a base da amostragem compreenderá a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO**. Para as demais, a base da amostragem abrangerá os Direitos de Crédito adquiridos após a última avaliação

(g) em uma nova auditoria, caso o **FUNDO** não tenha feito novas aquisições de direitos de crédito (recebíveis), a base de amostragem será a mesma do período anterior.

DISTRIBUIÇÃO

A distribuição de cotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pelo BICBANCO que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir cotas do **FUNDO**.

SUBSTITUIÇÃO DO CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

A **ADMINISTRADORA** poderá substituir o **CUSTODIANTE**, a Agência Classificadora de Risco e demais prestadores de serviços do **FUNDO**. Para que proceda à substituição ora referida, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para adaptar o Regulamento do **FUNDO**.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Enquanto a CVM não editar as referidas normas, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do COSIF, editado pelo BACEN, sendo que aplica-se subsidiariamente as regras estabelecidas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI, aprovado pela Instrução CVM nº 438.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia 31 do mês de janeiro de cada ano.

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**.

Em caso de substituição do periódico indicado pela **ADMINISTRADORA** neste Prospecto, os cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

III - o comportamento da carteira de direitos de crédito e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;

d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e
- k) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP/BOVESPA/CBLC.

Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

O **FUNDO** arcará com todas despesas que porventura venham a ser incorridas pelo **FUNDO** com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Cessão e nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

Por exclusiva decisão da **ADMINISTRADORA**, o **FUNDO**, poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade das Cedentes em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do **FUNDO**.

Caso o **FUNDO** não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das cotas seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao **FUNDO**, por meio da integralização de novas cotas seniores, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das cotas seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos neste artigo serão de inteira responsabilidade do **FUNDO** e dos titulares das cotas seniores em circulação, não estando a **ADMINISTRADORA**, as Cedentes, o **CUSTODIANTE** e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste artigo.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela **ADMINISTRADORA** antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este artigo e da assunção pelos titulares das cotas seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o **FUNDO** venha a ser eventualmente condenado.

A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, o BICBANCO, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo **FUNDO** e/ou pelos titulares das cotas seniores e das cotas subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos cotistas ao **FUNDO**, nos termos deste artigo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o **FUNDO** receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: DCI.

BREVE HISTÓRICO DO BICBANCO

O início acontece em 20 de fevereiro de 1938 com a transformação de uma cooperativa de crédito denominada “Banco do Joazeiro”, em uma sociedade anônima, Banco do Joazeiro S.A., na Cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Em 1974, foi incorporado o Banco dos Proprietários S.A., com sede em Fortaleza, da qual surgiu o Banco Industrial do Ceará S.A. Em 27 de julho de 1981, em virtude da expansão de suas atividades para além das fronteiras do Estado do Ceará, o então Banco Industrial do Ceará S.A. alterou sua razão social para Banco Industrial e Comercial S.A. Em 27 de junho de 1989, o Banco Central aprovou a reorganização em

um banco múltiplo e em 1995 a sede foi transferida para a Cidade de São Paulo, principal centro financeiro do Brasil. Em 15 de agosto de 2001, o Banco Central autorizou a abertura e o funcionamento de Agência Cayman.

Em 2008 como resultado de um processo natural e maduro, apoiado em práticas como de governança corporativa, *compliance* e gestão de riscos, O BICBANCO abriu seu capital.

Principais Produtos e Serviços

A principal linha de negócio do BICBANCO são operações com empresas do segmento de *Middle Market* (empresas com faturamento bruto anual entre R\$30,0 milhões e R\$300,0 milhões, existindo certa flexibilidade para realizar operações com empresas que possuam faturamento maior ou menor), com atividades industriais, comerciais ou de serviços, que geralmente necessitam de financiamento de curto ou médio prazo. Os produtos e serviços oferecidos aos clientes incluem empréstimos de capital de giro garantidos por recebíveis, financiamento do comércio exterior (*trade finance*), repasse de recursos do BNDES e a estruturação de outros produtos, depósitos a prazo e concessão de garantias. Em 31 de dezembro de 2007, contávamos com uma carteira diversificada e pulverizada em diversos ramos de negócios.

Parcela da carteira de crédito é destinada aos clientes de varejo, mais especificamente, a operações de empréstimos para servidores públicos na ativa, linha de negócio presente desde 1996. A concessão de empréstimos consignados a servidores públicos historicamente apresenta baixo risco de inadimplência, uma vez que os valores devidos são deduzidos diretamente dos salários dos tomadores pelos empregadores, conforme autorizado pelas normas em vigor.

Adicionalmente, em complementação aos nossos produtos e serviços, oferecemos operações de arrendamento mercantil, *private banking* e serviços de cobrança.

Empréstimos a Pessoas Físicas

Os empréstimos são concedidos a pessoas físicas, a servidores públicos federais, estaduais e municipais, cujos valores devidos são descontados de seus salários pelos respectivos empregadores. O baixo risco destas operações decorre, dentre outros fatores, da coincidência entre as datas de pagamento das parcelas do contrato de empréstimo com o recebimento dos salários pelos tomadores, os quais autorizam previamente o empregador a descontar os valores devidos e repassá-los ao BICBANCO. Em 31 de dezembro de 2007 tais operações de crédito atingiram R\$477,4 milhões.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA – CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS CÂMBIO E COMMODITIES

Com mais de 20 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia é uma das líderes em seu segmento, ocupando as primeiras colocações no ranking em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, a Concórdia tem em seus quadros mais de 150 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BOVESPA e na BM&F, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, commodities e títulos públicos e privados, com vasta experiência em operações de hedge e swaps.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos.

CUSTODIANTE – BANCO ITAÚ S.A.

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de fevereiro de 2007).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há mais de 10 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10 bilhões em ativos.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional ("CTO"), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A Área de Mercado de Capitais possui uma superintendência de compliance própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

AGÊNCIA DE RATING – STANDARD & POOR'S

A Standard & Poor's, uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), é a maior provedora mundial de ratings, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações, e vem contribuindo para a criação de transparência nos mercados de capitais desde sua fundação em 1860.

Atualmente, a Standard & Poor's atua nos mercados de capitais mundiais por meio de uma rede global de mais de 5.000 funcionários localizados em 20 países e é uma das principais fornecedoras mundiais de cotações de ações e de conteúdo financeiro para sites na Internet.

Líder global no fornecimento de informações objetivas, *insight* e análises para clientes nos mercados de ações, renda fixa, câmbio e fundos mútuos.

Investidores de todo o mundo consultam os ratings de crédito da Standard & Poor's em busca de análises objetivas e criteriosas sobre a capacidade e a disposição de governos, empresas e outras entidades para pagarem, completa e pontualmente, os trilhões de dólares em dívidas avaliadas no mercado global.

A Standard & Poor's atribuiu seu primeiro rating para instituições brasileiras em 1992, e em novembro de 1994, após a implementação do Plano Real, o primeiro rating à República Federativa do Brasil.

Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo e, nesse mesmo ano, lançou sua escala nacional de ratings, a Escala Nacional Brasil. Atualmente, a Standard & Poor's no Brasil conta com 30 funcionários para atender as demandas do mercado local.

Entre 2000 e 2004, a Standard & Poor's ampliou significativamente o número de ratings de empresas brasileiras. Em dezembro de 2003, a Escala Nacional Brasil e a escala global de ratings da Standard & Poor's, registravam 590 e 186 ratings atribuídos a emissores e emissões, respectivamente.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – FREITASLEITE, FAGUNDES ADVOGADOS

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. FreitasLeite, Fagundes busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. FreitasLeite, Fagundes é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em direitos de crédito.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por este por meio de sua **ADMINISTRADORA**, e o BICBANCO, para a aquisição de direitos de crédito. A cessão dos direitos de crédito será irrevogável e irretratável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos direitos de crédito, sem direito de regresso contra o BICBANCO, da plena titularidade dos direitos de crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO** e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos direitos de crédito e ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, bem como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DO FUNDO

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO** e o BICBANCO, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de distribuição das cotas da 1ª Série do **FUNDO**, ressaltando que a mesma se dará em regime de melhores esforços.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: quando da publicação do anúncio de início de distribuição das cotas do **FUNDO**, qual seja 05 de março de 2008.

DATA DE TÉRMINO/RESULTADO DA DISTRIBUIÇÃO: 11 de março de 2008, tendo sido publicado o anúncio de encerramento da distribuição das cotas da 1ª Série do **FUNDO** em 12 de março de 2008.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: via WEB, por meio dos endereços eletrônicos: <http://www.concordia.com.br> e <http://www.bicbanco.com.br> e publicação no DCI.

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

A **ADMINISTRADORA** do **FUNDO** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de cotas do **FUNDO**.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de cotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no DCI.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no **FUNDO**, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

DIREITOS DE CRÉDITO

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito são oriundos de Contratos de Empréstimo. A carteira de Direitos de Crédito estimada para ser cedida ao **FUNDO** corresponde a 48.068 Contratos de Empréstimo com valor médio de R\$ 4.077,56 por contrato.

A taxa média de juros anualizada é de 34,7% (2,51% a.m.), pelo método de juro composto. As parcelas são mensais e sucessivas, com desconto direto em folha de pagamento. O prazo médio inicial de amortização é de 18 meses, com fluxo de vencimento programado até fevereiro de 2012.

Os Contratos de Empréstimo apresentam como garantias a autorização para desconto em folha de pagamento e notas promissórias.

Ainda, informamos que não haverá a possibilidade de acréscimo, substituição ou remoção de Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO

EFICIÊNCIA DE RECEBIMENTO						
Período	Entre 01 e 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Acima de 90 dias	Parcelas Não Liquidadas até Dezembro de 2007	Percentual de Pré-pagamento***
2004	92,12%	3,90%	1,00%	2,13%	0,85%	5,00%
2005	91,58%	3,17%	0,86%	2,62%	1,78%	8,70%
2006	81,73%	11,28%	1,31%	2,79%	2,89%	12,20%
2007	87,20%	7,00%	0,34%	0,32%	5,13%*	22,80%
TOTAL	85,84%	8,04%	0,69%	1,29%	2,64%**	

* índice comprometido pela data de corte em 31/12/2007
** índice médio expurgado de 2007
*** inclui refinanciamento

Os pré-pagamentos ocorrem na ordem de 22,8%, acompanhando a média de antecipação para este tipo de Direito de Crédito.

O patrimônio inicial do FIDC é R\$ 200 milhões composto majoritariamente por Contratos de Empréstimo com consignação em folha de pagamento, com prazos típicos entre 12 e 48 meses e taxas média de 2,46% am (33,86% aa). Em relação aos impactos do pré-pagamentos foi elaborada a tabela seguir, que mostra uma simulação com 5 cenários. A metodologia utilizada foi semelhante àquela da Agência Classificadora de Risco em seu relatório no item "Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes – Severidade de Perda".

Item	Cenários				
	I	II	III	IV	V
PL inicial (V.Presente Aquisição)	200 Milhões	200 Milhões	200 Milhões	200 Milhões	200 Milhões
Remuneração das cotas seniores	109% CDI	109% CDI	109% CDI	109% CDI	109% CDI
Período de perdas de crédito	De 1 à 48 meses	De 1 à 48 meses	De 1 à 48 meses	De 1 à 48 meses	De 1 à 48 meses
Nível de pré –pagamento**	5%	10%	12%	15%	23%
Nível de perdas suportada pelo FIDC	22,6%	21,5%	21,0%	20,4%	18,6%
Nível de perdas suportada pelo FIDC com 5% de pré-pagamento	22,6%	22,6%	22,6%	22,6%	22,6%
Taxa de Aquisição* (a .m..)	1,85%	1,85%	1,85%	1,85%	1,85%
Taxa de Aquisição* (a . a.)	24,60%	24,60%	24,60%	24,60%	24,60%
Taxa de Aquisição (CDI)	187%	187%	187%	187%	187%
Juros recebidos no ano	24,60%	24,60%	24,60%	24,60%	24,60%
Spread excedente na cessão (% aa)	8,78 %	8,78 %	8,78 %	8,78 %	8,78 %
Caixa inicial (mínimo)	3 Milhões	3 Milhões	3 Milhões	3 Milhões	3 Milhões

*Estimativa

**Incluindo refinanciamento

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

1) Percentagem em relação ao valor total de Cotas estimado:	0,185%
2) Comissão de Coordenação:	Não há
3) Comissão de Colocação:	Não há
4) Comissão de Garantia de Subscrição:	Não há
5) Outras Comissões (especificar):	Não há
6) Custo Unitário de Distribuição (em relação ao número total de Cotas estimado):	R\$ 1,85
7) Despesas decorrentes dos Registros:	
a) Registro CRTD:	R\$ 9.850,31
b) Registro CVM:	R\$ 82.870,00
8) Outros custos relacionados(publicações,prospectos etc):	R\$ 70.000,00
a) Estruturação	Não há

b) Assessoria Legal	R\$ 70.000,00
c) Classificação de risco	R\$ 45.000,00
Total	R\$ 277.720,31

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no **FUNDO**, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e o Prospecto do **FUNDO**. O histórico da performance do **FUNDO** poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o **FUNDO**, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do **FUNDO**, bem como receber críticas e sugestões.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS CÂMBIO E COMMODITIES

Endereço: Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP.

Telefone: (11) 3241-3122

Contato: Sr. Antonio Joel Rosa

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

Endereço: Avenida Paulista nº 1048, 12º andar, São Paulo – SP.

Telefone: (11) 2173-9000

Contato: Sr. Carlos José Roque

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, 111

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3233-8686

Internet: www.cvm.gov.br

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

Edifício Delta Plaza

CEP 01333-010 – São Paulo - SP

Tel.: (11) 2146-2000

ATENDIMENTO AO COTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS CÂMBIO E COMMODITIES

Endereço: Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP.

Telefone: (11) 3241-3122

Internet: www.concordia.com.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à **ADMINISTRADORA**.

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA

- RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** mantêm relacionamento comercial em razão da **ADMINISTRADORA** ser administradora de outros fundos de investimento, que têm como custodiante o **CUSTODIANTE**.

Além disso, não há, na presente data, qualquer contrato em vigor, tampouco empréstimo, entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** além dos necessários para a custódia de fundos de investimento administrados pela **ADMINISTRADORA**.

- RELACIONAMENTO ENTRE A ADMINISTRADORA E O BICBANCO

Além dos serviços de administração e gestão do **FUNDO**, na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** não prestava nenhum outro serviço ou mantinha qualquer outro relacionamento comercial com o BICBANCO, ressalvado o atual relacionamento existente em razão do BICBANCO ser o cedente e o distribuidor líder das cotas do **FUNDO**.

- RELACIONAMENTO ENTRE O BICBANCO E O CUSTODIANTE

Na data deste Prospecto, o **CUSTODIANTE** não prestava nenhum outro serviço ou mantinha qualquer outro relacionamento comercial com o BICBANCO, ressalvado que o CUSTODIANTE presta os serviços de custódia a fundos de investimento administrados pelo BICBANCO.

Não há conflitos de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do **FUNDO**, quer sejam, o BICBANCO, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE**.

A **ADMINISTRADORA** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de cotas seniores do **FUNDO**.

FORO

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

**ANEXO I – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO
E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA**

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, neste ato devidamente representada de acordo com o seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável pela administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.311.253/0001-50 ("**FUNDO**"); e

Antônio Joel Rosa, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.203.496, inscrito no CPF/MF sob o nº 530.431.978-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, na qualidade de diretor responsável pelo **FUNDO**;

DECLARAM que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de quotas do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2008.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, neste ato representada por seus diretores, Marcelo Canguçu de Almeida e Ricardo Gattai, na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.311.253/0001-50 ("**FUNDO**"), **DECLARA** que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das cotas do **FUNDO**.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2008.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR

DECLARAÇÃO

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1048, 12º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 07.450.604/0001-89, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.311.253/0001-50 (**"FUNDO"**), neste ato, representada por seus Diretores Executivos Francisco Edênio Barbosa Filho e Carlos José Roque, **DECLARA** que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta, assim como o prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 03 de abril de 2008.

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.

ANEXO IV – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Data de Publicação: 18 de fevereiro de 2008

Relatório de Rating Preliminar**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Consignado**

Analistas de Crédito: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com;
Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 18 de fevereiro de 2008. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 18 de fevereiro de 2008

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	'brAAAF'	Até R\$ 150 (75%)	4 anos (48 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Até R\$ 50 (25% de nível mínimo)	Não aplicável

* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Data prevista para o início do Fundo: Fevereiro de 2008

Direitos creditórios: Empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.

Administrador do Fundo: Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities.

Originador dos direitos creditórios: Banco Industrial e Comercial S.A. (BicBanco).

Custodiante: Banco Itaú S.A.

Estruturador: Banco Industrial e Comercial S.A. (BicBanco).

Proteção de Crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (piso mínimo de 25%) e pelo spread excedente (inicialmente em 8,78% a.a.).

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BicBanco Crédito Consignado (BicBanco FIDC). Os ativos subjacentes do BicBanco FIDC são empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos, originados pelo BicBanco, caixa e outros investimentos específicos aprovados pela Standard & Poor's.

O rating 'brAAAF' atribuído ao BicBanco FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAAF' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), o *spread* excedente, inicialmente de 8,78% a.a., e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento possuem características especiais que mantêm suas taxas de inadimplência em níveis relativamente baixos. Os fatores que contribuem para a boa performance dessas carteiras de empréstimos são o fato de os pagamentos dos empréstimos serem deduzidos diretamente do salário do devedor, a estabilidade de emprego dos servidores públicos e o fato de as entidades públicas serem menos afetadas por condições adversas de mercado.

O BicBanco FIDC será um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado; entretanto, a primeira série de cotas seniores será resgatada quatro anos após a data de emissão. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do BicBanco FIDC.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo Fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%), *spread* excedente (inicialmente de 8,78% a.a.);
- O adequado histórico de crédito da carteira do originador;
- A capacidade do Bicbanco como originador dos empréstimos com qualidade de crédito adequada;
- A sólida experiência do Banco Itaú S.A., como o custodiante;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do Fundo em razão da natureza rotativa da estrutura. Esse risco é atenuado por critérios de elegibilidade dos empréstimos bem definidos, que reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

Outra fragilidade é o fato de o originador ter a função de agente de recebimento dos recursos devidos ao Fundo. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do BicBanco e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva no montante de R\$ 3 milhões, que será instituída no momento inicial da transação.

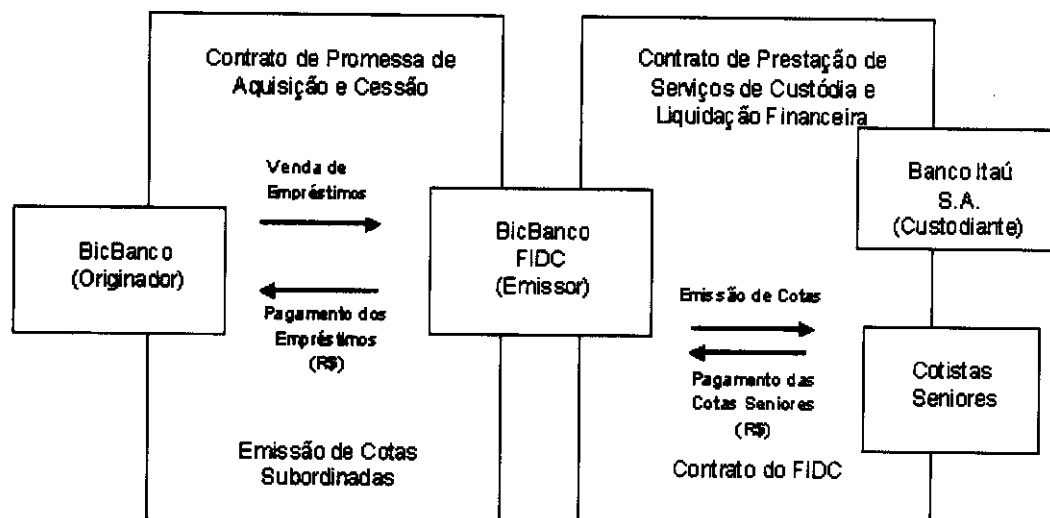
Descrição do BicBanco FIDC

Características Gerais

O BicBanco FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de quatro anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo, durante sua vida, fará compras rotativas de direitos creditórios originados pelo BicBanco por meio de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento a servidores públicos.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão:



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos pessoais com consignação em folha denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Contrariamente ao que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete a seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Conseqüentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo aos cotistas seniores equivalente a 109% da Taxa DI Over. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

Componente do Valor de Face

Apesar de o Fundo ter um prazo de duração indeterminado, a primeira série de cotas seniores será amortizada em até quatro anos contados a partir da data de emissão. Dessa forma, a amortização

dessas cotas será realizada em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, após um período de carência de 12 (doze) meses contados a partir da emissão.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa, com 60 dias de antecedência, caixa ou ativos de alta liquidez, no montante equivalente a 50% da próxima amortização prevista e a 100% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas se o nível de subordinação for maior do que 26% até que a relação entre o valor das cotas subordinadas e o patrimônio líquido do Fundo volte ao nível mínimo de 25%, e desde que as amortizações das cotas seniores estejam ocorrendo regularmente.

Fluxo de Recursos do BicBanco FIDC

As entidades efetuam o pagamento a seus funcionários e retêm o montante devido por meio dos contratos de empréstimo com consignação em folha de pagamento. As quantias são, então, transferidas ao BicBanco, o qual, por sua vez, tem até dois dias úteis para repassar os recursos ao Fundo. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do Fundo no Banco Itaú S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas, checa os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities) que, em nome do Fundo, realiza a formação das reservas, efetua as amortizações, se necessário, a compra novos direitos creditórios do BicBanco (originador).

Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade do BicBanco FIDC

As principais condições de cessão e critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- Não podem ser provenientes de devedores que, no momento da cessão, tenham outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao Fundo;
- Não podem ter vencimento posterior ao vencimento da 1ª série de cotas seniores do Fundo;
- O pagamento deve ser efetivado por meio de desconto em folha de pagamento dos devedores;
- Não sejam oriundos de Contratos de Empréstimo concedidos a devedores vinculados a determinado Ente Público Conveniado que apresente atrasos no repasse de valores consignados por um período igual ou superior a 02 (dois) meses consecutivos junto ao BicBanco;
- O total de direitos de crédito devidos por um mesmo devedor a serem cedidos ao Fundo no momento da cessão, devem ter valor máximo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);
- Os empréstimos a funcionários da Marinha não poderão representar mais de 22% (vinte e dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da celebração da cessão;
- Os empréstimos a funcionários dos seis maiores consignantes, desconsiderando-se a Marinha, não poderão representar mais de 58% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo na data da celebração da cessão.

Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem se considerar a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do BicBanco FIDC. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Além disso, neste caso, uma vez que cada pagamento de empréstimo é descontado automaticamente dos salários dos funcionários ou do benefício dos aposentados e pensionistas, o risco de inadimplência é razoavelmente

diminuído. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) <i>Default</i> do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Diluição	Redução não-caixa do saldo do valor de um recebível.	Não	N.A. *
(3) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(4) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Sim	O risco de fungibilidade é limitado, pois o BicBanco precisa transferir os recursos pertencentes ao BicBanco FIDC no prazo máximo de dois dias úteis após a conciliação dos recebimentos. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos do BicBanco e do Fundo, a estrutura conta com uma conta reserva, que será instituída no momento inicial da transação, e será igual a R\$ 3 milhões.
(5) Aspectos relacionados à administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Não	N.A.

*N.A. – Não se aplica.

Os itens abaixo referem-se às respectivas seções contidas na tabela.

Risco de Default do Devedor (Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito maiores do que entidades similares em países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de baixa são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para empréstimos pessoais garantidos concentram-se na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito.

Risco de Diluição

A expressão diluição é usada de modo geral para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível, que não seja decorrente de inadimplemento ou baixa. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, dotações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que talvez não sejam considerados como um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, mesmo assim, constituem uma possibilidade de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas devem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é determinado por fatores, tais como a prática do setor e a complexidade do produto. No caso do BicBanco FIDC, o risco de diluição não constitui uma preocupação, em função da natureza de seus ativos.

Custos de Manutenção da Carteira

Em uma operação típica com empréstimo pessoal garantido, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Pelo fato de os empréstimos pessoais serem ativos que rendem juros, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do *spread* observado entre ativos subjacentes e as cotas seniores.

Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis do BicBanco. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois o BicBanco precisa transferir os recursos pertencentes ao BicBanco FIDC no prazo máximo de dois dias úteis após a conciliação de seus recebimentos. Adicionalmente, será instituída, no momento inicial da

transação, uma conta reserva com montante igual a R\$ 3 milhões para atenuar esse risco.

Aspectos Relacionados à Administração

No caso do BicBanco FIDC, o principal administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, que tem um bom histórico no mercado brasileiro.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para se determinar o rating 'brAAAF', submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base o nível de inadimplência máximo do *pool* selecionado e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do *pool* selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Uma vez que a informação do *pool* selecionado foi analisada, o *proxy* de severidade estabelecido para as perdas de crédito foi o das informações de inadimplência superiores a 180 dias. Dessa forma, o índice de perda adotado foi de 4,2%, que é uma média conservadora, dado o desempenho da carteira. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAAF'. O múltiplo usualmente utilizado para um cenário brAAAF é de 5x. No entanto, dado que esta operação permite uma concentração por ente consignante maior do que outras com a mesma categoria de rating, a Standard & Poor's utilizou um múltiplo maior, equivalente a 5,5x. Conseqüentemente, o fluxo de caixa resultante foi testado, utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 23,1%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos cinco principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
Perdas de crédito	23,1%	23,1%	23,1%	23,1%	21%
Período das perdas de crédito	Mês 1 a 48: 100%	Mês 1 a 12: 32,5% Mês 13 a 36: 50% Mês 37 a 48: 17,5%	Mês 1 a 12: 15% Mês 13 a 36: 50% Mês 37 a 48: 35%	Mês 1 a 24: 62,5% Mês 25 a 48: 37,5%	Mês 1 a 48: 100%
Rentabilidade das cotas seniors	109% CDI	109% CDI	109% CDI	109% CDI	109% CDI
Pré-pagamento	Não	Não	Não	Não	Sim (equivalente a 12%)

Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pools* estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes. O histórico de recebimentos do *pool* estático foi também analisado, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um *proxy* para as perdas de crédito no *pool* selecionado.

Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, deverá ser estruturado um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAAF'. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente, inicialmente de 8,78% a.a..

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do BicBanco FIDC

Quaisquer uma das situações abaixo será considerada um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- A inobservância de seus deveres e obrigações por parte do Administrador e/ou do Custodiante e/ou Cedente e/ou Agente de Cobrança do Fundo;
- A extinção, resilição ou término do Contrato de Cessão ou do Contrato de Custódia
- O aumento da taxa DI de mais de 130% em um dia útil;
- O não pagamento das amortizações e/ou resgates das cotas seniores nas datas previstas
- Caso quaisquer um dos seguintes gatilhos de desempenho sejam acionados:
 - se o índice de inadimplência de 16 a 30 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 30%;
 - se o índice de inadimplência de 31 a 60 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 25%;
 - se o índice de inadimplência de 61 a 90 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 7%;
 - se o índice de inadimplência acima de 91 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 5%.

Eventos de Liquidação do BicBanco FIDC

No caso de ocorrência de quaisquer uma das situações abaixo, será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Caso houver decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou cassação da autorização para funcionamento do BicBanco;
- Impossibilidade de aquisição de direitos creditórios que se ajustem aos critérios de elegibilidade;
- Deliberação de um Evento de Avaliação que constitua um Evento de Liquidação Antecipada;
- Caso qualquer dos seguintes gatilhos de desempenho sejam acionados
 - se o índice de inadimplência de 16 a 30 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 30% por dois meses consecutivos ou superior a 35%, uma única vez;
 - se o índice de inadimplência de 31 a 60 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 25% por dois meses consecutivos ou superior a 30%, uma única vez;
 - se o índice de inadimplência de 61 a 90 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 7% por dois meses consecutivos ou superior a 10%, uma única vez;
 - se o índice de inadimplência acima de 91 dias (definido como a razão entre o total de direitos creditórios vencidos e não pagos e o total de direitos creditórios vencidos) for superior a 5% por dois meses consecutivos ou superior a 7%, uma única vez.

Visão Geral do BicBanco (retirado da Síntese Analítica publicada em 22 de junho de 2007)

Em 22 de junho de 2007, a Standard & Poor's Ratings Services elevou em sua escala global, de 'B+' para 'BB-', o rating de crédito de contraparte de longo prazo do Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO). Ao mesmo tempo, a Standard & Poor's atribuiu em sua escala global o rating de crédito de contraparte de curto prazo 'B' ao BICBANCO. O rating de crédito de contraparte de longo prazo atribuído na Escala Nacional Brasil ao banco também foi elevado, de 'brBBB+' para

'brA-'. Os ratings foram removidos da listagem *CreditWatch* na qual foram colocados em 11 de junho de 2007 e a perspectiva em ambas as escalas é estável.

A elevação dos ratings reflete os benefícios de um melhor ambiente macroeconômico no Brasil e o aprofundamento consistente do mercado de capitais local, que inclui o acesso a fontes alternativas de *funding*. Esperamos que haja um aumento na carteira de crédito do BICBANCO e que seu perfil de *funding* seja mais resiliente.

Os ratings do BICBANCO refletem sua estratégia bem definida; os bons indicadores de qualidade dos ativos do banco que se favorecem da natureza de curto prazo dos empréstimos e das garantias concedidas pelas empresas do segmento de *middle market*; e a sua adequada administração de liquidez. Por outro lado, esses aspectos positivos são contrabalançados pelos riscos de potencial redução em suas margens de rentabilidade; e pelos desafios de ganhar escala. O banco entrou com um processo de IPO (*Initial Public Offering*) que deverá melhorar sua capitalização, cujo índice era apenas adequado até dezembro de 2006.

Esperamos que o BICBANCO continue focado na concessão de empréstimos ao segmento de *middle market*. Similarmente a outros bancos que atuam nesse mercado, o BICBANCO pode enfrentar um declínio nas margens ao longo dos próximos anos em decorrência de uma combinação de aumento na competição e de melhorias no ambiente econômico. Nesse cenário, o principal desafio do banco é expandir o volume de suas operações. Embora seu índice de capitalização seja adequado para fins regulatórios, ele é relativamente inferior ao de seus pares.

O BICBANCO tem administrado sua liquidez de forma conservadora. Apesar de ter sido afetado, como todos os outros bancos de pequeno e médio porte, pela queda no volume de depósitos no último trimestre do exercício de 2004, o banco conseguiu superar essa situação e seus depósitos cresceram em 2005 e 2006. Os aspectos positivos para o BICBANCO incluem o fato de ele ser menos concentrado do que seus pares e de ter tido acesso a outras fontes de *funding*, como as do *Inter-American Development Bank* (IADB) e as do *International Finance Corporation* (IFC). Além das tradicionais fontes de captação como as linhas de financiamento ao comércio exterior, o banco também tem obtido recursos com as emissões feitas nos mercados de capitais internacionais.

Os indicadores de qualidade dos ativos do BICBANCO são adequados e se beneficiam de seu bom gerenciamento de risco de crédito e dos controles para lidar com as garantias dos empréstimos concedidos às empresas de *middle market*. Além disso, os empréstimos concedidos são principalmente de curto prazo e menos concentrados que os de seus pares. O índice de empréstimos problemáticos sobre empréstimos totais do banco tem girado em torno de 2,2% a 3,5% desde 2003 e as perdas finais têm ficado próximas a 1%. Os índices de qualidade dos ativos do banco devem permanecer nos mesmos níveis em futuro próximo.

A rentabilidade do BICBANCO é vista como adequada para o seu perfil de negócios e está alinhada a de seus pares. Espera-se que o banco mantenha seu *modus operandi* e seu foco nas empresas de *middle market* como negócio principal e mantenha um rígido controle sobre sua estrutura de custos. Uma das características do BICBANCO é seu processo ágil para a tomada de decisões e o relacionamento com os clientes, o que lhe permite se beneficiar de condições favoráveis de mercado para aumentar sua atividade de empréstimo. Entretanto, a médio e longo prazo o banco deverá enfrentar uma competição mais intensa e pressões sobre seus níveis de rentabilidade.

Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings reflete nossas expectativas de que o BICBANCO manterá uma abordagem consistente para o gerenciamento do risco de crédito e, em particular, para as políticas e procedimentos de concessão de crédito, de forma que a expansão na carteira de empréstimos não deteriore seus indicadores de qualidade dos ativos. Esperamos também que o banco mantenha a administração prudente de sua liquidez e que fortaleça gradativamente sua base de capital a médio prazo.

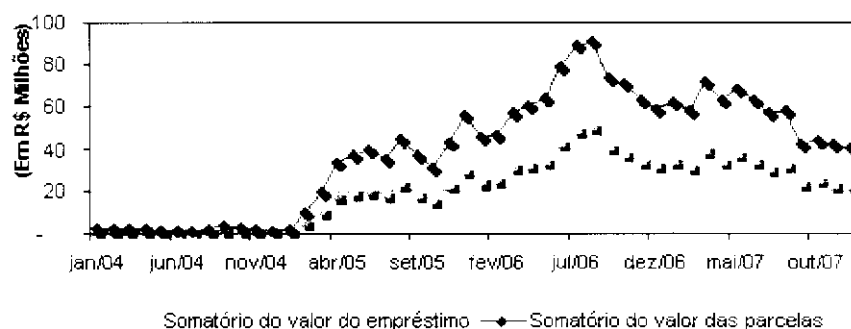
A perspectiva poderá ser revista para negativa, ou os ratings rebaixados, se houver uma deterioração significativa na qualidade dos ativos, com o índice de empréstimos problemáticos sobre empréstimos totais ultrapassando 6% ou caso haja declínio na rentabilidade conforme medida pelo ROAA atingindo menos de 1%.

Para obter mais informações sobre o BicBanco por favor contate Tamara Berenholz em São Paulo, (55) 11-3039-9732 ou via e-mail, Tamara_Berenholz@standardandpoors.com, ou visite nosso site global www.standardandpoors.com ou nosso site regional www.standardandpoors.com.br.

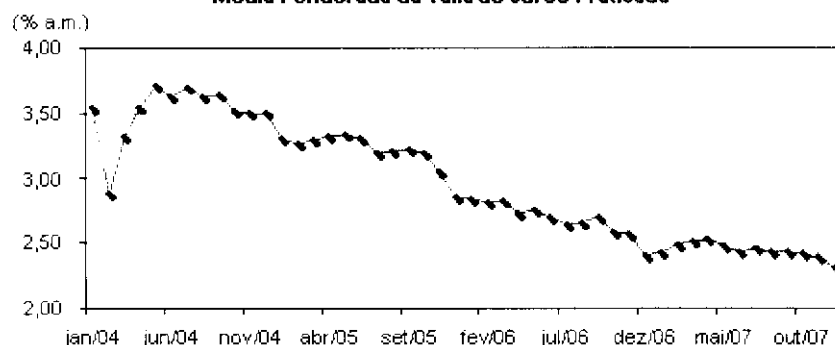
Anexo – Características dos Empréstimos a Servidores Públicos Concedidos pelo BicBanco

Este anexo analisa os empréstimos com consignação em folha de pagamento concedidos a servidores públicos originados pelo BicBanco entre janeiro de 2004 e dezembro de 2007. O estoque de empréstimos consignados tem se expandido, amparado pelos fatores estruturais atrativos desse tipo de empréstimo. Seguindo uma tendência de mercado, as taxas de juros praticadas nos empréstimos concedidos pelo BicBanco são declinantes, enquanto os prazos dos empréstimos têm crescido nos últimos dois anos. O índice de perda, mensurado pela ótica do fluxo de vencimentos, apresentou uma taxa média de 4,25% nos últimos 12 meses, valor superior ao observado no início da análise do portfólio em questão. Os gráficos abaixo mostram as características da carteira.

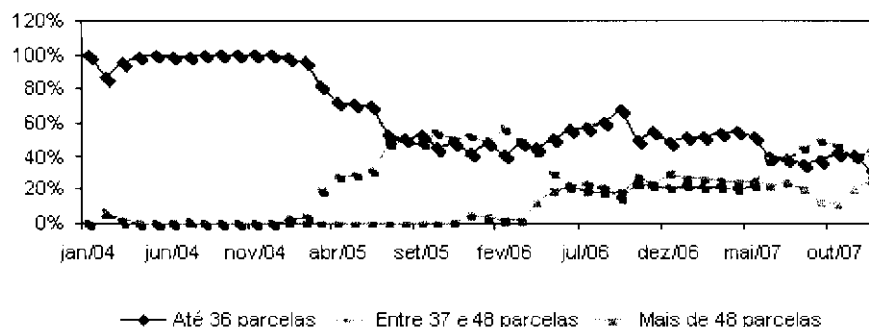
Produção Mensal



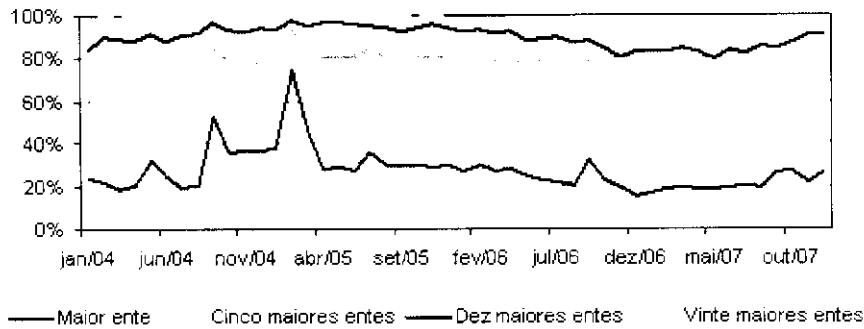
Média Ponderada da Taxa de Juros Praticada



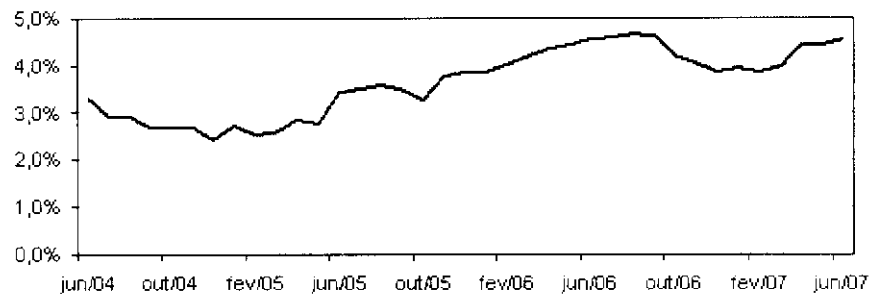
Distribuição da Produção por Quantidade de Parcelas



Frequência Acumulada: Concentração por Ente Consignante



Análise de Performance por Fluxo de Vencimento Índice de Perda



Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BICBANCO

**Banco Industrial e Comercial S.A e
Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas**

13-fev-08

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
ATIVO				
Circulante	9.002.254	6.359.070	9.022.588	6.309.737
Disponibilidades	139.809	157.435	139.922	157.458
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	128.862	23.510	128.862	23.510
Aplicações no mercado aberto	9.002		9.002	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.122	23.286	9.122	23.286
Aplicações em moedas estrangeiras	110.738	224	110.738	224
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros				
derivativos	2.125.450	2.305.558	2.125.876	2.235.165
Carteira própria	435.928	579.069	436.354	508.676
Vinculados a operações compromissadas	1.352.040	1.637.927	1.352.040	1.637.927
Vinculados ao Banco Central	265.148	29.986	265.148	29.986
Vinculados a prestação de garantias	50.184	37.447	50.184	37.447
Instrumentos financeiros derivativos	22.150	21.129	22.150	21.129
Relações Interfinanceiras	354.099	156.840	354.099	156.840
Pagamentos e recebimentos a liquidar	73	7	73	7
Créditos vinculados				
Depósitos no Banco Central	353.694	156.833	353.694	156.833
Correspondentes no país	332		332	
Operações de Crédito	5.053.626	2.680.855	5.053.626	2.680.855
Operações de crédito	5.144.286	2.749.463	5.144.286	2.749.463
Setor privado	5.036.785	2.646.698	5.036.785	2.646.698
Setor público	107.501	102.765	107.501	102.765
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.660)	(68.608)	(90.660)	(68.608)
Operações de Arrendamento Mercantil			19.133	22.703
Arrendamentos a receber - setor privado			19.841	25.866
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber			(699)	(2.701)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa			(9)	(462)
Outros Créditos	1.152.563	1.010.797	1.153.225	1.009.127
Carteira de câmbio	1.141.641	998.129	1.141.641	998.129
Rendas a receber	2.975	4.323	2.975	2.283
Negociação e intermediação de valores	2.238	5.813	2.238	5.813
Diversos	15.864	10.075	16.533	10.445
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(10.155)	(7.543)	(10.162)	(7.543)
Outros Valores e Bens	47.845	24.075	47.845	24.079
Despesas antecipadas	47.845	24.075	47.845	24.079

Banco Industrial e Comercial S.A e
Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
ATIVO				
Realizável a Longo Prazo	1.903.187	976.111	1.923.113	979.748
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	127.901	46.098	127.901	46.098
Aplicações em depósitos interfinanceiros	127.901	45.950	127.901	45.950
Aplicações em moedas estrangeiras		148		148
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros derivativos	4.903	3.200	4.903	3.200
Carteira própria	4.903	3.188	4.903	3.188
Instrumentos financeiros derivativos		12		12
Operações de Crédito	1.509.193	704.702	1.509.193	704.702
Operações de crédito	1.541.341	718.558	1.541.341	718.558
Setor privado	1.407.573	573.046	1.407.573	573.046
Setor público	133.768	145.512	133.768	145.512
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.148)	(13.856)	(32.148)	(13.856)
Operações de Arrendamento Mercantil			(150)	(1.052)
Arrendamentos a receber - setor privado			12.481	6.258
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber			(12.458)	(6.242)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa			(173)	(1.068)
Outros Créditos	208.398	170.542	212.793	175.231
Avais e fianças honrados	422		422	
Diversos	208.156	170.722	212.551	175.434
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(180)	(180)	(180)	(203)
Outros Valores e Bens	52.792	51.569	68.473	51.569
Outros valores e bens	20.888	17.604	36.588	17.604
Despesas antecipadas	45.093	46.591	45.093	46.591
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(13.189)	(12.626)	(13.208)	(12.626)
Permanente	141.582	102.685	63.387	30.472
Investimentos	78.647	72.662	452	449
Participações em controladas - no país	78.195	72.212		
Outros investimentos	900	969	900	1.011
Provisão para perdas em investimentos	(448)	(519)	(448)	(562)
Imobilizado de Uso	32.901	20.711	32.901	20.711
Imóveis de uso	38.257	28.606	38.257	28.606
Outras imobilizações de uso	32.287	27.764	32.287	27.764
Depreciações acumuladas	(37.643)	(35.659)	(37.643)	(35.659)
Diferido	30.034	9.312	30.034	9.312
Gastos de organização e expansão	56.279	31.822	56.279	31.822
Amortização acumulada	(26.245)	(22.510)	(26.245)	(22.510)
Total do Ativo	11.047.023	7.437.866	11.009.088	7.319.957

**Banco Industrial e Comercial S.A e
Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas**

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	BICBANCO MÚLTIPLO		BICBANCO CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
PASSIVO				
Circulante	7.090.462	5.302.131	7.083.903	5.192.287
Depósitos	3.298.545	2.250.040	3.283.079	2.043.227
Depósitos à vista	112.673	78.336	112.069	77.909
Depósitos de poupança	232.928	100.764	227.883	100.679
Depósitos interfinanceiros	223.637	108.641	223.637	108.641
Depósitos a prazo	2.728.508	1.961.946	2.718.691	1.755.645
Outros depósitos	799	353	799	353
Captação no Mercado Aberto	1.354.082	1.638.278	1.354.082	1.638.278
Carteira própria	1.348.687	1.638.278	1.348.687	1.638.278
Carteira de terceiros	5.395		5.395	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	136.786	22.806	136.786	117.782
Recursos de debêntures				94.976
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	136.786	22.806	136.786	22.806
Relações Interfinanceiras	145	52	145	52
Recebimentos e pagamentos a liquidar	59	52	59	52
Correspondentes no país	86		86	
Relações Interdependências	61.388	44.093	61.388	44.093
Recursos em trânsito de terceiros	61.388	44.093	61.388	44.093
Obrigações por Empréstimos	1.491.773	1.017.444	1.491.773	1.017.444
Empréstimos no exterior	1.491.773	1.017.444	1.491.773	1.017.444
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	37.340	35.126	37.340	35.126
BNDES	37.340	35.126	37.340	35.126
Obrigações por Repasses do Exterior	5.419	4.748	5.419	4.748
Instrumentos Financeiros Derivativos	78.974	31.107	78.974	31.107
Instrumentos financeiros derivativos	78.974	31.107	78.974	31.107
Outras Obrigações	626.010	258.437	634.917	260.430
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.827	1.202	2.827	1.202
Carteira de câmbio	314.923	80.704	314.923	80.704
Sociais e estatutárias	38.966	28.840	38.966	28.840
Fiscais e previdenciárias	133.248	69.357	136.003	71.152
Negociação e intermediação de valores	4.872		4.872	
Dívida subordinada	7.826	9.605	7.826	9.605
Diversas	123.348	68.729	129.500	68.927
Exigível a Longo Prazo	2.376.868	1.583.466	2.345.492	1.575.401
Depósitos	1.162.222	487.168	1.129.176	477.805
Depósitos a prazo	1.146.858	487.168	1.113.812	477.805
Depósitos interfinanceiros	15.364		15.364	
Captação no Mercado Aberto		6.142		6.142
Carteira de terceiros		6.142		6.142
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	365.863	455.881	365.863	455.881
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	365.863	455.881	365.863	455.881
Obrigações por Empréstimos	62.295	52.129	62.295	52.129
Empréstimos no exterior	62.295	52.129	62.295	52.129
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	8.399	74.940	8.399	74.940
BNDES	8.399	74.940	8.399	74.940
Obrigações por Repasses do Exterior	212.805	50.710	212.805	50.710
Instrumentos Financeiros Derivativos	172.353	45.803	172.353	45.803
Instrumentos Financeiros Derivativos	172.353	45.803	172.353	45.803
Outras Obrigações	392.931	410.693	394.601	411.991
Fiscais e previdenciárias	180.471	154.229	182.141	155.527
Dívida subordinada	212.460	256.464	212.460	256.464
Resultados de Exercícios Futuros	16.292	24.946	16.292	24.946
Patrimônio Líquido	1.563.401	527.323	1.563.401	527.323
Capital Social Realizado	1.434.206	332.000	1.434.206	332.000

Banco Industrial e Comercial S.A e
Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas
Demonstrações de resultados dos exercícios findos
em 31 de dezembro e do segundo semestre
Em milhares de reais

	BICBANCO MÚLTIPLO			BICBANCO CONSOLIDADO		
	Segundo semestre	2007	2006	Segundo semestre	2007	2006
Receitas da intermediação financeira	702.782	1.271.775	1.120.904	704.098	1.270.951	1.104.123
Operações de crédito	572.170	1.002.076	691.333	572.178	1.002.091	691.333
Operações de arrendamento mercantil				1.277	2.774	2.998
Resultado de títulos e valores mobiliários	121.113	253.160	415.815	121.144	249.547	396.036
Resultado de aplicações compulsórias	9.499	16.539	13.756	9.499	16.539	13.756
Despesas da intermediação financeira	(370.592)	(729.202)	(768.920)	(366.474)	(718.402)	(742.438)
Captação no mercado	(259.757)	(460.917)	(659.636)	(257.065)	(451.481)	(631.790)
Empréstimos, cessões e repasses	83.919	174.121	31.477	83.919	174.121	31.477
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	(69.016)	(179.483)	(81.346)	(69.016)	(179.483)	(81.346)
Resultado de câmbio	(54.971)	(122.893)	(510)	(54.971)	(122.893)	(510)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.767)	(140.030)	(58.905)	(69.341)	(138.666)	(60.269)
Resultado bruto da intermediação financeira	332.190	542.573	351.984	337.624	552.549	361.685
Outras receitas (despesas) operacionais	(170.962)	(272.408)	(201.348)	(174.724)	(279.448)	(209.073)
Receitas de prestação de serviços	22.794	42.506	33.912	23.127	42.869	33.982
Despesas de pessoal	(60.513)	(110.680)	(87.272)	(60.513)	(110.680)	(87.272)
Despesas tributárias	(25.074)	(42.332)	(37.558)	(25.471)	(43.077)	(38.203)
Resultado de participações em controladas	3.466	5.883	6.053			
Outras despesas administrativas	(68.931)	(108.948)	(82.214)	(69.234)	(109.574)	(83.671)
Outras receitas operacionais	2.307	14.376	7.546	2.470	14.578	8.292
Outras despesas operacionais	(45.011)	(73.213)	(41.815)	(45.103)	(73.564)	(42.201)
Resultado operacional	161.228	270.165	150.636	162.900	273.101	152.612
Resultado não operacional	(498)	326	(2.871)	(501)	323	(2.871)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	160.730	270.491	147.765	162.399	273.424	149.741
Imposto de renda	(48.052)	(86.847)	(47.977)	(48.986)	(88.771)	(49.513)
Contribuição social	(16.374)	(26.451)	(11.838)	(16.723)	(27.143)	(12.369)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	20.529	46.045	21.637	20.143	45.728	21.728
Participações estatutárias no lucro	(16.081)	(21.297)	(5.511)	(16.081)	(21.297)	(5.511)
Lucro líquido do Semestre / Exercício	100.752	181.941	104.076	100.752	181.941	104.076
Número de ações integralizadas (mil)	278.185	278.185	332.000			
Lucro por ação do Capital Social - R\$	0,36	0,65	0,31			

**Banco Industrial e Comercial S.A e
Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas**
**Demonstrações das origens e aplicações de recursos dos
exercícios findos em 31 de dezembro e do segundo semestre**
Em milhares de reais

	BICBANCO MÚLTIPLO			BICBANCO CONSOLIDADO		
	Segundo semestre	2007	2006	Segundo semestre	2007	2006
Origens de Recursos	2.379.599	4.138.094	3.307.420	2.395.846	4.226.833	3.328.264
Lucro líquido ajustado	102.801	184.947	105.175	106.287	190.849	111.228
Lucro líquido do semestre / exercício	100.752	181.941	104.076	100.752	181.941	104.076
Depreciação e amortização	4.761	8.398	6.379	4.761	8.398	6.379
Resultado de participação em controladas	(3.466)	(5.883)	(6.053)			
Provisão/reversão para ajustes em outros valores e bens	754	491	773	774	510	773
Variação nos resultados de exercícios futuros	(4.347)	(8.655)	(16.340)	(4.347)	(8.655)	(16.340)
Aumento de capital	492.916	906.916	12.000	492.916	906.916	12.000
Ajustes de exercícios anteriores			(59.571)			(59.571)
Ajuste ao valor de mercado - TVM	742	1.021	(548)	742	1.021	(548)
Aumento dos subgrupos do passivo	1.625.324	2.872.073	1.884.640	1.633.444	3.023.059	1.952.686
Depósitos	908.559	1.723.560	620.382	909.312	1.891.224	615.389
Captações no mercado aberto	140.204			140.204		
Recursos de aceites e emissão de títulos		23.962	299.490			372.618
Relações interfinanceiras e interdependências	10.802	17.388	33.169	10.802	17.388	33.169
Obrigações por empréstimos e repasses	227.363	582.934	417.302	227.363	582.934	417.302
Instrumentos financeiros derivativos	64.187	174.417	40.646	64.187	174.417	40.646
Outras obrigações	274.209	349.812	473.651	281.576	357.096	473.562
Diminuição dos subgrupos do ativo	159.636	178.404	1.368.089	164.277	110.255	1.317.234
Aplicações interfinanceiras de liquidez			20.214			20.214
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	159.636	178.404	1.347.875	159.625	107.584	1.297.020
Operações de arrendamento mercantil				4.652	2.671	
Alienação de bens e investimentos	2.527	3.388	11.575	2.527	3.388	11.575
Bens não de uso próprio	1.546	2.252	9.705	1.546	2.252	9.705
Imobilizado de uso	981	1.058	1.821	981	1.058	1.821
Investimentos		78			78	
Diferido			49			49
Dividendos recebidos de controladas			2.400			
Aplicações de Recursos	2.311.670	4.155.720	3.240.900	2.327.859	4.244.369	3.261.814
Remuneração do capital próprio - acionistas	34.800	53.800	34.000	34.800	53.800	34.000
Inversões	13.425	21.953	9.061	28.756	37.552	9.061
Bens não de uso próprio	4.568	5.537	5.295	19.899	21.236	5.295
Imobilizações de uso	8.847	16.306	3.766	8.847	16.306	3.766
Investimentos	10	10		10	10	
Investimentos em controladas		100				
Aplicações no diferido	22.248	26.062	7.887	22.248	26.062	7.887
Aumento dos subgrupos do ativo	2.203.587	3.763.567	1.792.234	2.204.445	3.765.603	1.813.148
Aplicações interfinanceiras de liquidez	129.388	187.155		129.388	187.155	
Relações interfinanceiras e interdependências	116.570	197.259	60.765	116.570	197.259	60.765
Operações de crédito	1.834.581	3.177.262	1.163.000	1.834.581	3.177.262	1.163.000
Operações de arrendamento mercantil						19.847
Outros créditos	117.133	179.620	522.876	117.991	181.660	523.939
Outros valores e bens	5.915	22.271	45.593	5.915	22.267	45.597
Redução dos subgrupos do passivo	37.610	290.338	1.397.718	37.610	361.352	1.397.718
Captações no mercado aberto		290.338	1.397.718		290.338	1.397.718
Recursos de aceites e emissão de títulos	37.610			37.610	71.014	
Aumento (redução) das disponibilidades	67.929	(17.626)	66.520	67.987	(17.536)	66.450
Modificações da Posição Financeira						
No início do semestre / exercício	71.880	157.435	90.915	71.935	157.458	91.008
No fim do semestre / exercício	139.809	139.809	157.435	139.922	139.922	157.458
Aumento (redução) das disponibilidades	67.929	(17.626)	66.520	67.987	(17.536)	66.450

Banco Industrial e Comercial S.A e
Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Reservas de capital				Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos
	Capital social	Aumento capital	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	320.000		1.723	8.785	29.641	144.637	580
Ajuste de exercícios anteriores							
Aumento de capital em espécie	12.000						
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos							(548)
Lucro líquido do exercício							
Destinações do lucro:							
Reservas					2.225	8.280	
Remuneração sobre capital próprio							
Saldos em 31 de dezembro de 2006	<u>332.000</u>		<u>1.723</u>	<u>8.785</u>	<u>31.866</u>	<u>152.917</u>	<u>32</u>
Mutações do exercício	<u>12.000</u>				<u>2.225</u>	<u>8.280</u>	<u>(548)</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2007	332.000		1.723	8.785	31.866	152.917	32
Aumento de capital em espécie	906.916						
Aumento de capital com reservas	195.290		(1.723)	(8.785)	(31.866)	(152.916)	
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos							1.021
Lucro líquido do exercício							
Destinações do lucro:							
Reservas					9.097	119.044	
Remuneração sobre capital próprio							
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>1.434.206</u>				<u>9.097</u>	<u>119.045</u>	<u>1.053</u>
Mutações do exercício	<u>1.102.206</u>		<u>(1.723)</u>	<u>(8.785)</u>	<u>(22.769)</u>	<u>(33.872)</u>	<u>1.021</u>
Saldos em 30 de junho de 2007	332.000	609.290			4.059	58.131	312
Aumento de capital em espécie	906.916	(414.000)					
Aumento de capital com reservas	195.290	(195.290)					
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos							741
Remuneração sobre capital próprio							
Lucro líquido do semestre							
Destinações do lucro:							
Reservas					5.038	60.914	
Remuneração sobre capital próprio							
Saldos em 31 de dezembro de 2007	<u>1.434.206</u>				<u>9.097</u>	<u>119.045</u>	<u>1.053</u>
Mutações do semestre	<u>1.102.206</u>	<u>(609.290)</u>			<u>5.038</u>	<u>60.914</u>	<u>741</u>

Obs: Informações financeiras mais detalhadas no site de RI do BICBANCO (www.bicbanco.com.br)

ANEXO VI – REGULAMENTO FINAL DO FUNDO

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO

CAPÍTULO I – FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

- I. 1ª Série: a 1ª série de cotas seniores;
- II. ADMINISTRADORA: a **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;
- III. Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das cotas seniores do **FUNDO**;
- IV. BACEN: o Banco Central do Brasil;
- V. BICBANCO: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1048, 12º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 07.450.604/0001-89;
- VI. CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP;
- VII. Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos de crédito ao **FUNDO**;
- VIII. Contratos de Empréstimo: os contratos de mútuo e as cédulas de crédito bancário celebrados entre o BICBANCO e os respectivos Sacados;
- IX. Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avencas celebrado entre o **FUNDO** e o BICBANCO;
- X. Contrato de Custódia: o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o **FUNDO**, o **CUSTODIANTE** e o BICBANCO;
- XI. Convênios: os convênios celebrados entre o BICBANCO e os Entes Públicos Conveniados;
- XII. COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;
- XIII. Cotistas: os investidores que venham adquirir cotas de emissão do **FUNDO**;
- XIV. Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**;
- XV. **CUSTODIANTE: BANCO ITAÚ S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – SP, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0527-59, cujo endereço para correspondência é: Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 8º andar – Torre Eudoro Vilela, CEP:04344-902;
- XVI. CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;
- XVII. Data da 1ª Emissão de cotas seniores: a data da primeira integralização de cotas seniores do **FUNDO**;
- XVIII. Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.
- XIX. Dia(s) Útil(eis): Segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;
- XX. Direitos de Crédito: as parcelas oriundas dos Contratos de Empréstimo;

- XXI. Direitos de Crédito Elegíveis: os Direitos de Crédito oriundos e representados por Contratos de Empréstimo que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;
- XXII. Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;
- XXIII. Documentos Representativos do Crédito: os Contratos de Empréstimo e os convênios firmados entre o BICBANCO e os Entes Públicos Conveniados;
- XXIV. **ESCRITURADOR:** o **BANCO ITAÚ S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, São Paulo – SP, e inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0527-59, cujo endereço para correspondência é: Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 8º andar – Torre Eudoro Vilela, CEP:04344-902
- XXV. Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais e o INSS, que mantenham convênio firmado com o BICBANCO;
- XXVI. Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVI do Regulamento;
- XXVII. Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;
- XXVIII. **FUNDO:** o **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar;
- XXIX. Índice de Inadimplência de 30 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos entre 16 (dezesesseis) e 30 (trinta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vincendos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;
- XXX. Índice de Inadimplência de 60 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vincendos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;
- XXXI. Índice de Inadimplência de 90 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vincendos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;
- XXXII. Índice de Inadimplência acima de 90 dias: o total de direitos de crédito vencidos e não pagos há mais de 91 (noventa e um) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de direitos de crédito vincendos no mês, considerando-se a média móvel de 03 (três) meses consecutivos, calculado pela **ADMINISTRADORA**;
- XXXIII. Instrução CVM 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;
- XXXIV. INSS: o Instituto Nacional do Seguro Social;
- XXXV. Público-Alvo: investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM;
- XXXVI. Razão de Garantia: é a relação de 75% (setenta e cinco por cento) entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, calculada pela **ADMINISTRADORA**;
- XXXVII. Sacados: servidores públicos ativos e inativos vinculados a pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais, bem como os aposentados e/ou pensionistas beneficiários e vinculados ao INSS, que celebraram Contratos de Empréstimo com consignação em folha de pagamento junto ao BICBANCO.
- Parágrafo 2º:** O **FUNDO** poderá apresentar séries de quotas seniores com prazos e regras de amortização distintas.
- Parágrafo 3º:** A 1ª Série terá prazo de duração conforme definido no Suplemento da 1ª Série deste Regulamento, nos termos do Anexo I deste Regulamento.

CAPÍTULO II – OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 2º: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO** na aquisição de direitos de crédito para o **FUNDO**, oriundos e representados por Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo 1º: As séries de cotas seniores do **FUNDO** buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no respectivo Suplemento de cada série “n” de cotas seniores. O *benchmark* aplica-se somente às cotas seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as cotas subordinadas.

Parágrafo 2º: A aquisição de cotas seniores ou subordinadas do **FUNDO** não representa qualquer garantia ou promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** e do BICBANCO acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: Resultados e rentabilidades obtidos pelo **FUNDO** no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 3º: Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 4º: Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá ter alocado, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

Artigo 5º: A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo 1º: O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** ou fundos de investimentos por ela administrados e/ou geridos atuem como contraparte do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** não poderá adquirir direitos de crédito da **ADMINISTRADORA** e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 3º: O **FUNDO** não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas ou com derivativos, em que o BICBANCO ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum da referida sociedade figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

Parágrafo 4º: O **FUNDO** não poderá realizar:

- i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e
- ii) operações de “*day-trade*”, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 6º: O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente na modalidade “com garantia” e com o objetivo exclusivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Parágrafo Único: Para o efeito do disposto no “caput”, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, neste caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Artigo 7º: O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º acima, alíneas “a”, “b” e “c”.

Artigo 8º: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CAPÍTULO IV – CONDIÇÕES DE CESSÃO

Artigo 9º: Para que possam ser ofertados e adquiridos pelo **FUNDO**, os direitos de crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo 1º: As Condições de Cessão serão avaliadas pela **ADMINISTRADORA** mediante recebimento de declaração firmada pelo BICBANCO de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às condições abaixo relacionadas:

I - decorram de Contratos de Empréstimo concedidos pelo BICBANCO a Sacados cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;

II - decorram de Contratos de Empréstimo concedidos pelo BICBANCO a Sacados com idade entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos;

III - decorram de Contratos de Empréstimo concedidos pelo BICBANCO a Sacados que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, mais do que 01 (uma) parcela vencida e não paga junto ao BICBANCO;

IV - tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Sacados;

V – não sejam oriundos de Contratos de Empréstimo concedidos a Sacados vinculados a determinado Ente Público Conveniado que apresente atrasos no repasse de valores consignados por um período igual ou superior a 02 (dois) meses consecutivos junto ao BICBANCO; e

VI - os Contratos de Empréstimo que tenham como devedores Sacados vinculados ao Ente Público Conveniado Estado do Rio de Janeiro não poderão ter o vencimento de nenhuma de suas respectivas parcelas posterior ao mês antecedente do término do prazo de duração da respectiva Série “n” de cotas seniores emitida.

Parágrafo 2º: Não obstante o disposto no inciso II, do parágrafo 1º acima, o **FUNDO** poderá adquirir Direitos de Crédito cujos Sacados possuam idade superior a 75 (setenta e cinco) anos, desde que, obrigatoriamente, tais Direitos de Crédito contem com cobertura por apólice de seguro que garanta o pagamento dos mesmos ao **FUNDO** em caso de morte do Sacado.

CAPÍTULO V – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 10: Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade:

I – o número de parcelas a vencer de um mesmo Contrato de Empréstimo a ser cedido ao **FUNDO**, no momento da cessão, será de no máximo, 84 (oitenta e quatro), desde que o vencimento de qualquer das parcelas não seja posterior ao prazo de duração da respectiva Série “n” de cotas seniores emitida;

II – o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado a serem cedidos ao **FUNDO** no momento da cessão, devem ter valor máximo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); e

III – os Sacados não poderão estar inadimplentes com o **FUNDO** no momento da cessão.

Parágrafo 1º: Uma vez que o patrimônio líquido do **FUNDO** alcance o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado a serem cedidos ao **FUNDO** no momento da cessão não poderá exceder a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Se o patrimônio líquido do **FUNDO** alcançar o montante mínimo de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado a serem cedidos ao **FUNDO** no momento da cessão não poderá exceder a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: A alteração dos percentuais de concentração indicados nos parágrafos 1º e 2º acima ocorrerá mediante comunicação prévia efetuada pela **ADMINISTRADORA** e endereçada ao **CUSTODIANTE** e será implementada pelo **CUSTODIANTE** em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da referida comunicação, observado que o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Sacado não poderá representar percentual superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 4º: O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido **FUNDO**, que deverá ser verificado e observado pelo **CUSTODIANTE** no momento da cessão de Direitos de Crédito ao **FUNDO**, consta do Anexo II deste Regulamento.

Parágrafo 5º: Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **CUSTODIANTE** e a **ADMINISTRADORA**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo 6º: O BICBANCO será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. O **CUSTODIANTE** e a **ADMINISTRADORA** não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

Parágrafo 7º: A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o BICBANCO, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Parágrafo 8º: Qualquer decisão assemblear que delibere sobre alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade deverá ser comunicada em até 48 (quarenta e oito) horas, ao **CUSTODIANTE**, e este verificará o prazo para implementação nos sistemas e caso, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

Parágrafo 9º: Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o **CUSTODIANTE** não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao **FUNDO** ou da substituição do **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 10: Caso não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado no parágrafo 8º acima, serão consideradas aceitas tacitamente pelo **CUSTODIANTE** as alterações promovidas pela Assembléia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

Parágrafo 11: Durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**, contados a partir da Data da 1ª Emissão de cotas seniores, os limites de concentração estabelecidos neste artigo não serão observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, todos os limites estabelecidos neste artigo serão totalmente exigidos e plenamente observados.

Parágrafo 12: A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, o **FUNDO** deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por direitos de crédito, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo por igual período, desde que a **ADMINISTRADORA** apresente motivos que justifiquem tal prorrogação.

CAPÍTULO VI - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Artigo 11: As atividades de administração e gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 1º: Pelos serviços de administração e gestão da carteira do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** fará jus ao recebimento de taxa de administração equivalente ao percentual de 0,13% aa (treze centésimos por cento ao ano), incidentes sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, ou um valor mensal fixo equivalente a R\$ 16.370,00 (dezesesseis mil, trezentos e setenta reais), prevalecendo o maior valor.

Parágrafo 2º: O valor mensal fixo será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor da FIPE (IPC-FIPE) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Parágrafo 3º: A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por Dia Útil será paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 4º: A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Parágrafo 5º: O **FUNDO** não possui taxa de performance e/ou taxa de saída.

Artigo 12: Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;

- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II – receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V – custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI – fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII – providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações prevista no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do **FUNDO**, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

Artigo 13: É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II – utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III – efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

Artigo 14: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;

VI – vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos de crédito, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

CAPÍTULO VII - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 15: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado no Prospecto, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Artigo 16: No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada assembleia geral de cotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de cotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO VIII – CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Artigo 17: As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** prevista no artigo 38 da Instrução CVM 356 serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 1º: O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos de crédito representados por operações financeiras;

II - validar os direitos de crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos de crédito, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos de crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos de crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores; e

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

Parágrafo 2º - As atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão realizadas pelo **ESCRITURADOR**, nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Instrução CVM 356.

Parágrafo 3º: O BICBANCO foi contratado pelo **CUSTODIANTE** como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo **FUNDO**, conforme previsto no Contrato de Custódia. O

BICBANCO, às suas expensas, poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.

Parágrafo 4º: Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, o lastro dos direitos de crédito por amostragem, comunicando o resultado desta verificação à **ADMINISTRADORA** e à agência classificadora de risco do **FUNDO**. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE** poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto ao BICBANCO, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 5º: Ao realizar a verificação referida no parágrafo 4º acima, o **CUSTODIANTE** apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre o BICBANCO e o respectivo Sacado relativo à contratação de Contratos de Empréstimo, bem como de autorização por escrito para o desconto em folha de pagamento.

Parágrafo 6º: Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes parâmetros;

(a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade nº 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos do Crédito, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

(b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

(i) Grau de Confiança: 95%;

(ii) Limite de Erro Tolerável: 5%;

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra;

(c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

(d) a amostra irá refletir 1% (um por cento) da população, limitado ao máximo de 200 (duzentos) contratos. Por exemplo, para um universo de 15.000 (quinze mil) contratos, o auditor verificará 150 (cento e cinquenta) contratos (amostra correspondente a 1% da população).

Na análise física do contrato celebrado por escrito entre o BICBANCO e o respectivo Sacado a análise dos documentos comprobatórios será feita nos seguintes itens;

1. Número do Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
2. Número do CPF do Sacado confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
3. Nome do Sacado confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de amostra;
4. Dia de Vencimento de Contrato confere entre o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
5. Número de Parcelas Cedidas ao **FUNDO** confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
6. O Valor Total Cedido ao **FUNDO** confere ou é inferior com o Termo de Adesão e a Planilha de Amostra;
7. Possui assinatura do Sacado no Termo de Adesão;
8. Possui assinatura do representante do BICBANCO no Termo de Adesão;
9. Possui assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Termo de Adesão;
10. Local e data estão preenchidos no Termo de Adesão;
11. Existe Autorização de Desconto em Folha de Pagamento do Sacado;
12. Se houver Autorização para Desconto em Folha, este possui a assinatura do Sacado;
13. Se houver Autorização de Desconto em Folha de Pagamento, todos os campos estão preenchidos;
14. Existe Termo de Averbação do Órgão Público;
15. Se houver Termo de Averbação, este possui assinatura do representante do Órgão Público;
16. Se houver Termo de Averbação, todos os campos estão preenchidos;
17. Existem cópias de documentos de identidade anexas.

(e) em decorrência da adoção de verificação do lastro por amostragem, nos demonstrativos trimestrais elaborados pela **ADMINISTRADORA**, deverão constar: (i) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior, adotados pelo **CUSTODIANTE**, incluindo a metodologia para seleção da

amostra verificada no período; e (ii) os resultados da verificação do lastro por amostragem realizada no trimestre anterior pelo **CUSTODIANTE**, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;

(f) na primeira auditoria, a base da amostragem compreenderá a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO**. Para as demais, a base da amostragem abrangerá os Direitos de Crédito adquiridos após a última avaliação

(g) em uma nova auditoria, caso o **FUNDO** não tenha feito novas aquisições de direitos de crédito (recebíveis), a base de amostragem será a mesma do período anterior.

CAPÍTULO IX - DA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 18: A distribuição de cotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pelo BICBANCO que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir cotas do **FUNDO**.

CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA

Artigo 19: A política de concessão de crédito aos Sacados é desenvolvida e monitorada pelo BICBANCO, e consiste, sinteticamente, nas seguintes diretrizes:

I - Os Contratos de Empréstimo devem ser concedidos para Sacados somente se as parcelas de pagamento dos Contratos de Empréstimo pretendidos forem compatíveis com seus vencimentos e com a sua margem consignável, tendo em vista que os convênios celebrados com os Entes Públicos Conveniados estabelecem percentuais máximos da remuneração e possuem normatização específica de seus respectivos Sacados vinculados;

II - A definição dos limites leva em consideração os descontos obrigatórios de cada Ente Público Conveniado, excluindo-os dos vencimentos. Assim, o Sacado deve apresentar documentos que comprovem seu vínculo junto ao Ente Público Conveniado e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento, comprovada através dos últimos contracheques; e

III - Os Contratos de Empréstimo devem ter valor máximo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Artigo 20: A cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pelo BICBANCO, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantêm convênio para que as parcelas dos Contratos de Empréstimo sejam descontadas em folha de pagamento.

Parágrafo 1º: As etapas da cobrança consistem em:

I – Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Sacados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) dos Contratos de Empréstimo vencida(s) no período;

II – Os valores descontados são repassados ao BICBANCO, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;

III – O repasse mensal para o BICBANCO pode ser, conforme o Ente Público Conveniado, realizado por uma única ou várias transferências bancárias;

IV – Ao receber os valores repassados diretamente pelos Entes Públicos Conveniados, o BICBANCO os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Entes Públicos Conveniados, informando quais Sacados terão as parcelas dos Contratos de Empréstimo descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes;

V – Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o BICBANCO questiona o Ente Público Conveniado, o próprio banco oficial ou as instituições conveniadas a estes, que podem ter determinado o repasse de valor diverso do previsto;

VI – Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VII – Os valores decorrentes dos Direitos de Crédito recebidos pelo BICBANCO são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados após o recebimento completo do Ente Público Conveniado.

Parágrafo 2º: A cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos será realizada pelo BICBANCO, conforme descrito no Contrato de Cessão. A cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I - caso o Sacado tenha se desligado do Ente Público Conveniado, o BICBANCO buscará obter de modo amigável a quantia devida, fazendo uso, para tanto, de telefonemas, cartas e notificações;

II - se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente e eventual cobrança judicial da quantia devida;

III - se a causa da inadimplência é a morte do Sacado, busca-se cobrar do espólio, ou procede-se ao recebimento da indenização a ser paga pelo seguro, quando o crédito cedido ao **FUNDO** for garantido por seguro; e

IV - se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Sacado.

Parágrafo 3º: O **CUSTODIANTE** durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos de Crédito Inadimplidos ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao BICBANCO realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

CAPÍTULO XI – AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 21: As cotas do **FUNDO** serão valoradas todo Dia Útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

Parágrafo 1º: Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo Dia Útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos de crédito e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira.

Parágrafo 2º - Por não terem mercado de negociação oficial, os Direitos de Crédito integrantes da carteira do **FUNDO** serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos (correspondentes ao deságio sobre seu valor de face) feita em base exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Parágrafo 3º - Os demais ativos da carteira do **FUNDO** serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo **CUSTODIANTE**, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do **FUNDO** será efetuada com base nas cotações obtidas junto à BOVESPA, BM&F, SISBACEN ou outros mercados organizados em que o ativo for negociado, de acordo com as regras do Banco Central e da CVM aplicáveis ao **FUNDO**.

Parágrafo 4º As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos de Crédito ou com os outros ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682, quais sejam a classificação dos Direitos de Crédito nos níveis de risco estabelecidos no Artigo 1º da referida Resolução, bem como a transferência e permanência de Direitos Creditórios Inadimplidos em conta de compensação, na forma de seu Artigo 7º. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

Parágrafo 5º É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do **FUNDO**, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

Parágrafo 6º: O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Parágrafo 7º: Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no Capítulo II, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Parágrafo 8º: A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do **FUNDO**, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a **ADMINISTRADORA** obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do **FUNDO**, a

alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, na seguinte ordem:

- I - no pagamento dos custos correntes do **FUNDO**;
- II - na amortização e/ou resgate das cotas seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- III - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis, em moeda corrente nacional; e
- IV - na amortização e/ou resgate de cotas subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Parágrafo 9º: Os Direitos de Crédito Inadimplidos:

a) os Direitos de Crédito Inadimplidos submeter-se-ão às regras de provisão indicadas no COSIF, sendo classificados, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis: nível AA; nível A; nível B; nível C; nível D; nível E; nível F; nível G e nível H, nos termos do Artigo 1º da Resolução CMN nº 2682, de acordo os períodos de atraso no pagamento, correspondendo o nível H a atrasos superiores a 180 (cento e oitenta) dias;

b) os Direitos de Crédito Inadimplidos classificados como de risco nível H serão transferidos para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior;

c) os Direitos de Crédito Inadimplidos permanecerão registrados em conta de compensação pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e enquanto não esgotados os procedimentos de cobrança.

Parágrafo 10º: Nos termos do item (a) do parágrafo anterior, os níveis de risco, provisão e faixas de atraso serão os seguintes:

Níveis de Risco	% Provisão	Atraso (faixas de vencimento)
I – nível AA	-	-
II – nível A	0,5%	Atraso de até 14 dias
III – nível B	1,0%	Atraso de 15 a 30 dias
IV – nível C	3,0%	Atraso de 31 a 60 dias
V – nível D	10%	Atraso de 61 a 90 dias
VI – nível E	30%	Atraso de 91 a 120 dias
VII – nível F	50%	Atraso de 121 a 150 dias
VIII – nível G	70%	Atraso de 151 dias a 180 dias
IX – nível H	100%	Atraso superior a 180 dias

Parágrafo 11º: A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos de Crédito do mesmo Sacado (“efeito vagão”).

Artigo 22: Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Artigo 23: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

CAPÍTULO XII – FATORES DE RISCO

Artigo 24: Os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o cotista.

Parágrafo 1º: Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os cotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros ou principal dos Direitos de Crédito e ativos financeiros pelos seus emissores, devedores ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**. Ademais, em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando o **BICBANCO** obrigado à restituição do preço de aquisição pago pelos Direitos de Crédito. Caso o **BICBANCO** não tenha capacidade de restituir os valores por ele devidos ao **FUNDO**, o **FUNDO** e os seus cotistas poderão vir a sofrer prejuízos substanciais;

- (ii) **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Ainda, há possibilidade do **FUNDO** auferir patrimônio líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas.
- (iv) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.
- (v) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** A **ADMINISTRADORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em direitos de crédito cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (vi) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO EM UM ÚNICO CEDENTE:** Os direitos de crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pelo BICBANCO. A aquisição de direitos de crédito originados exclusivamente pelo BICBANCO pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo BICBANCO aos Sacados e da capacidade deste originar Direitos de Crédito Elegíveis.
- (vii) **RISCO DE DESCASAMENTO:** Os direitos de crédito componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as cotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.
- (viii) **RISCO DE DESENQUADRAMENTO:** Nos termos do parágrafo 11º, do artigo 10 do Regulamento, durante os primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**, contados a partir da Data da 1ª Emissão de cotas seniores, os limites estabelecidos no presente Regulamento não serão observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, todos os limites estabelecidos neste Regulamento serão totalmente exigidos e plenamente observados. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de funcionamento do **FUNDO**, contado a partir da data da primeira integralização de cotas seniores, o **FUNDO** deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por direitos de crédito, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar esse prazo por igual período, desde que a **ADMINISTRADORA** apresente motivos que justifiquem tal prorrogação..
- (ix) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.
- (x) **RISCOS ASSOCIADOS AOS SACADOS:** Os direitos de crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Sacado devedor. A capacidade de

pagamento do Sacado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação aos Contratos de Empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Sacado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas dos Contratos de Empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar dos Contratos de Empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Sacado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes dos Contratos de Empréstimo contraídos, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.

- (xi) **RISCO OPERACIONAL DOS ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS:** Os Contratos de Empréstimo contraídos pelos Sacados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Sacado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Sacados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos de crédito.
- (xii) **RISCO OPERACIONAL DE SISTEMAS:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos Contratos de Empréstimo e o repasse ao BICBANCO dos direitos de crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo o BICBANCO, a **ADMINISTRADORA** ou o **CUSTODIANTE** controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Sacados ou seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xiii) **RISCO DO CONVÊNIO:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Sacados é viabilizado por convênios celebrados entre o BICBANCO e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos de crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos de crédito. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos de crédito componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.
- (xiv) **RISCO DA COBRANÇA BANCÁRIA:** O BICBANCO é também o agente cobrador dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO** e os recursos transitam por uma conta de titularidade do BICBANCO no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao **CUSTODIANTE**, para sua conseqüente compensação. Caso o BICBANCO sofra qualquer processo de falência, liquidação ou evento assemelhado, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, conseqüentemente, resultar em perda ao **FUNDO**, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, que pode levar a uma redução no valor das cotas seniores.
- (xv) **COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** A titularidade dos direitos de crédito é do **FUNDO** e, portanto, somente o **FUNDO** detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Todavia, o BICBANCO é nomeado pelo **FUNDO**, como agente de cobrança do **FUNDO**, dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicial e extrajudicialmente. O Contrato de Cessão e este regulamento criam mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantia de que o BICBANCO consiga receber dos Sacados os Direitos de Crédito Inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e seus cotistas.
- (xvi) **RISCO DE RESGATE DAS COTAS DO FUNDO EM DIREITOS DE CRÉDITO:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos de crédito. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (xvii) **RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DA AMORTIZAÇÃO E/OU RESGATE:** Poderá haver atraso no pagamento das amortizações e/ou do resgate, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xviii) **RISCO DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é

realizada tão somente após a cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter direitos de crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos de crédito. O BICBANCO realizará a guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiel depositária dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso o BICBANCO tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.

- (xix) **AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO AOS SACADOS:** A cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO** não será notificada previamente aos Sacados. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do BICBANCO dos créditos recebidos pelos Sacados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Sacados, os direitos de crédito relativos aos Sacados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.
- (xx) **RISCO DE QUESTIONAMENTO JUDICIAL:** Os Contratos de Empréstimo podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Contratos de Empréstimo; (ii) nas taxas aplicadas e (iii) na forma de cobrança dos Contratos de Empréstimo concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Contratos de Empréstimo poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.
- (xxi) **RISCO DE AUSÊNCIA DE LIQUIDEZ DAS COTAS DO FUNDO NO MERCADO SECUNDÁRIO:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, o resgate das cotas só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série. Outrossim, as cotas do **FUNDO** poderão ser negociadas em mercado secundário. Contudo, mesmo que admitidas à negociação em mercado secundário, poderá haver ausência de liquidez das referidas cotas, acarretando os riscos daí decorrentes..
- (xxii) **RISCO DE PERDA DE MARGEM CONSIGNÁVEL DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO:** Apesar de ser verificada a margem consignável em folha de pagamento nos Contratos de Empréstimo, quando de sua celebração e quando da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO**, tais contratos podem perder a referida margem em virtude de eventos futuros, tais como o desconto de pensões alimentícias, acarretando, assim, os riscos daí decorrentes.
- (xxiii) **RISCO DE CONFLITOS DE INTERESSE:** Uma vez que o BICBANCO é o único cedente de Direitos Creditórios ao **FUNDO** e também atua como agente de cobrança, podendo surgir situações de conflito de interesse, decorrentes de tal fato.
- (xxiv) **DEMAIS RISCOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Parágrafo 2º: O BICBANCO efetuará a cessão dos Direitos de Crédito exclusivamente para o **FUNDO**. Desta forma, o BICBANCO não cederá Direitos de Crédito por ele originados para outros fundos de investimento em direitos creditórios em funcionamento.

Artigo 25: As aplicações no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o **FUNDO** poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos de Crédito ou ativos financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XIII – EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

Artigo 26: As cotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista. Observado o disposto neste Regulamento, as características, os direitos e obrigações dentro de cada classe de cotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Parágrafo 1º: As cotas seniores serão destinadas ao Público-Alvo.

Parágrafo 2º: As cotas subordinadas serão subscritas exclusivamente pelo BICBANCO, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas.

Artigo 27: No ato da primeira aplicação no **FUNDO**, o cotista:

- I - receberá cópia do presente Regulamento do **FUNDO**;
- II - assinará o Termo de Adesão ao presente Regulamento;
- III - declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente; e
- IV - assinará o Boletim de Subscrição de cotas.

Parágrafo Único: Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 28: As cotas seniores da Série “n” do **FUNDO** são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das cotas seniores do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 29: A integralização, a amortização e o resgate de cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Será admitida a integralização total ou parcial de cotas subordinadas do **FUNDO**, com Direitos de Crédito que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no boletim de subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das cotas subordinadas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da cota subordinada seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.

Parágrafo 3º: As cotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos de Crédito.

Artigo 30: Na emissão de cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO**. Para fins de amortização e resgate das cotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor do dia do pagamento da amortização e/ou do resgate respectivo.

Parágrafo 1º: As cotas seniores da Série “n”, bem como as cotas subordinadas da Série “n” terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das cotas da respectiva Série.

Parágrafo 2º: O preço de subscrição das cotas seniores de cada Série “n” poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 31: A critério da **ADMINISTRADORA**, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de cotas seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª data de emissão das cotas de cada Série “n”, definido no Suplemento da Série “n” de cotas seniores e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Parágrafo 1º: Não haverá direito de preferência para os cotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os cotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de cotas seniores que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Na emissão de cotas mencionadas no “caput”, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 40 deste Regulamento.

Parágrafo 3º: As cotas mencionadas no “caput” deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Parágrafo 4º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Artigo 32: As cotas seniores poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Parágrafo 1º: As cotas seniores do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Parágrafo 2º: As cotas seniores do **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP. A critério da **ADMINISTRADORA**, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix e no ambiente de negociação Soma Fix.

Artigo 33: As amortizações de cada Série de cotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da Série “n”, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Parágrafo Único: Enquanto existirem cotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 40 deste Regulamento.

Artigo 34: As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento da Série “n” de cotas seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas a hipótese prevista no artigo 35.

Parágrafo Único: A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das cotas subordinadas previstas neste artigo.

Artigo 35: Na hipótese de as cotas subordinadas representarem mais de 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização prevista neste artigo; e
II - as cotas subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente ao re-equilíbrio da relação prevista no “caput” deste artigo, após comunicação e concordância dos cotistas subordinados. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista no artigo 40 deste Regulamento.

Artigo 36: A amortização das cotas seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de cotas previstos para cada série de cotas seniores, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo Único: A antecipação do início da amortização de cotas seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 37: O pagamento das amortizações das cotas seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da respectiva Série “n”.

Artigo 38: Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO** ou de sua liquidação antecipada.

Artigo 39: O **FUNDO** somente efetuará amortizações, resgates e aplicações em Dias Úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

CAPÍTULO XIV – RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 40: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será calculada e verificada diariamente pela **ADMINISTRADORA** e será acessível aos Cotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do site da **ADMINISTRADORA** (www.concordia.com.br).

Parágrafo 1º: Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no “caput”, com cotas subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao **BICBANCO**, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no caput e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará ao **BICBANCO**, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

b) informará ao **BICBANCO**, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas o número mínimo de cotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

III – O **BICBANCO**, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II deste parágrafo, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e cotas seniores mencionada no “caput”.

IV - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte do **BICBANCO**, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, de um número de cotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Em razão do disposto no “caput”, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de cotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XIII deste Regulamento.

CAPÍTULO XV – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 41: Será de competência privativa da Assembléia Geral de cotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação do **FUNDO**.

Parágrafo Único: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 42: A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**; e

III - não exercer cargo no **BICBANCO**.

Artigo 43: A convocação da Assembléia Geral de Cotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado no Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 44: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de cotistas possuidores de cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Artigo 45: Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 41 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Parágrafo 2º: Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 3º: Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

Artigo 46: As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no “caput” deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado no Prospecto ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

Artigo 47: As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de cotistas presentes na assembléia geral;
- II – cópia da ata da assembléia geral; e
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

CAPÍTULO XVI – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 48: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA**, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada,;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 17 do Capítulo VIII deste Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos de crédito em desacordo com as condições de cessão ou os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento;

V - não subscrição, por qualquer motivo, pelo **BICBANCO**, seus sócios e/ou sociedades por ela direta ou indiretamente controladas ou coligadas, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 40, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;

VI – se houver rescisão do Contrato de Custódia;

VII - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;

VIII - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os direitos de crédito não foram regularmente e devidamente formalizados;

IX - não pagamento, nas datas de amortização e/ou na data de resgate do valor da amortização e/ou do valor do resgate das cotas seniores;

X – amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;

XI – caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 30% (trinta por cento);

XII – caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento);

XIII – caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 7% (sete por cento);

XIV – caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 5% (cinco por cento); e

XV – caso o CDI seja superior a 130% que o CDI do dia imediatamente superior.

Parágrafo único: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de direitos de crédito. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 51, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Artigo 49: Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos respectivos valores previstos para resgate na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 50: O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - sempre que assim decidido pelos Cotistas em assembleia geral especialmente convocada para tal fim além das hipóteses descritas no artigo 40, parágrafo 1º e artigo 16, II, “b”, ambos deste Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos;

V – se houver decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou cassação da autorização para funcionamento do BICBANCO;

VII - constatação, pela **ADMINISTRADORA**, de que o BICBANCO cedeu, ou tentou ceder ao **FUNDO**, Direitos de Crédito sem lastro, onerados ou gravados;

VIII - caso a **ADMINISTRADORA** deixe de convocar Assembleia Geral de Cotistas na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 48 acima;

IX - caso o BICBANCO deixem de comunicar à **ADMINISTRADORA** a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;

X - renúncia da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento;

XI – caso o Índice de Inadimplência de 30 dias seja superior a 30% (trinta por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 35% (trinta e cinco por cento);

XII – caso o Índice de Inadimplência de 60 dias seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 30% (trinta por cento);

XIII – caso o Índice de Inadimplência de 90 dias seja superior a 7% (sete por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 10% (dez por cento); e

XIV – caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 5% (cinco por cento) por 02 (dois) meses consecutivos ou seja superior a 7% (sete por cento).

Parágrafo 1º: Se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 2º: Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os cotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Parágrafo 3º: Na hipótese da Assembléia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das cotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com a proporção de cotas detida por cada titular sobre o valor total das cotas em existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

Parágrafo 4º: A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os cotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e ativos financeiros a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE** perante os cotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 5º: Caso os titulares das cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de cotas seniores que detenha a maioria das cotas seniores existentes.

Artigo 51: Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do **FUNDO** definidos no artigo 50 acima. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os cotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos cotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 50 supra.

Artigo 52: Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de cotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 21 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das cotas seniores, será pago aos titulares de cotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular, observando-se:

I - os cotistas poderão receber tal pagamento em direitos de crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 50, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 21, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que a **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos direitos de crédito de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 21, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das cotas seniores e cotas subordinadas.

Artigo 53: A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais cotas de mesma classe.

CAPÍTULO XVIII – ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 54: Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e
- k) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP/BOVESPA/CBLC.

Parágrafo Único: Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

Artigo 55: O **FUNDO** arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas pelo **FUNDO** com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito Inadimplidos nos termos do Contrato de Cessão e nos termos do Contrato de Cessão, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso.

Artigo 56: Por exclusiva decisão da **ADMINISTRADORA**, o **FUNDO**, poderá assumir a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do **BICBANCO** em efetivar os procedimentos de cobrança; (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados ou, ainda, (iii) do descumprimento dos termos do Contrato de Cessão. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão de responsabilidade do **FUNDO**, nos termos deste Capítulo.

Parágrafo 1º: Caso o **FUNDO** não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das cotas seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao **FUNDO**, por meio da integralização de novas cotas seniores, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das cotas seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Parágrafo 2º: Todos os custos e despesas referidos neste artigo serão de inteira responsabilidade do **FUNDO** e dos titulares das cotas seniores em circulação, não estando a **ADMINISTRADORA**, o **BICBANCO**, o **CUSTODIANTE** e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste artigo.

Parágrafo 3º: Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela **ADMINISTRADORA** antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este artigo e da assunção pelos titulares das cotas seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o **FUNDO** venha a ser eventualmente condenado.

Parágrafo 4º: A **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE**, o **BICBANCO**, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo **FUNDO** e/ou pelos titulares das cotas seniores e das cotas subordinadas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste artigo.

Parágrafo 5º: Todos os pagamentos devidos pelos cotistas ao **FUNDO**, nos termos deste artigo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente

de quem seja o contribuinte, de forma que o **FUNDO** receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XIX – PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 57: A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Em caso de substituição do periódico, os cotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

Artigo 58: A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

III – o comportamento da carteira de direitos de crédito e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 59: A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 60: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1º: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia 31 do mês janeiro de cada ano.

Parágrafo 2º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no “caput”, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil, sendo que aplica-se subsidiariamente as regras estabelecidas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento – COFI, aprovado pela Instrução CVM nº 438.

CAPÍTULO XX – FORO

Artigo 61: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BICBANCO Crédito Consignado

ANEXO I - SUPLEMENTO

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série emitida nos termos do regulamento do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BICBANCO CRÉDITO CONSIGNADO”, do qual este Suplemento é parte integrante.

1. PRAZO. O prazo de duração da 1ª Série é de 48 meses (quarenta e oito meses), contados da data da primeira integralização de cotas seniores.

2. BENCHMARK. A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade correspondente a 109% (cento e nove por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br). As cotas subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.

2.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

3. QUANTIDADE. Serão emitidas até 200.000 (duzentas mil) cotas, com um valor inicial, na data de emissão das cotas da 1ª Série, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, sendo até (i) 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas seniores; e (ii) até 50.000 (cinquenta mil) cotas subordinadas.

3.1. A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 24.000 (vinte e quatro mil) cotas seniores da 1ª Série, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de cotas do **FUNDO**. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 31 deste Regulamento.

3.2. A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 40 deste Regulamento.

4. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. O valor mínimo de subscrição de cotas seniores e subordinadas no período de distribuição da 1ª Série é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

4.1. Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da cota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

4.2. Na subscrição de cotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da cota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

5. RESERVA DE AMORTIZAÇÃO. A **ADMINISTRADORA** deverá constituir uma reserva para o pagamento das amortizações das cotas seniores da 1ª Série (“Reserva de Amortização”), de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos de Crédito Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º deste Regulamento, de modo que:

I - 90 (noventa) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores da 1ª Série;

II - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores da 1ª Série;

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores da 1ª Série.

5.1. Caso a **ADMINISTRADORA** verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito no item 5, a **ADMINISTRADORA** deverá interromper a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

5.2. A constituição da Reserva de Amortização não constitui promessa do **FUNDO** e/ou da **ADMINISTRADORA** e do **CUSTODIANTE** de rendimentos ou de garantia de pagamento das parcelas de amortização, mas tão só estabelecem um procedimento de constituição de reservas para tanto, razão pela qual as cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do **FUNDO** assim o permitirem.

6. RESERVA DE CAIXA. Adicionalmente à Reserva de Amortização, a **ADMINISTRADORA** deverá constituir, a partir da Data da 1ª Emissão de cotas seniores da 1ª Série, uma reserva para o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, bem como para complementação da Reserva de Amortização ("Reserva de Caixa"), para a qual serão segregados e mantidos destacados na contabilidade do **FUNDO** recursos em moeda corrente nacional e em investimentos realizados na forma do artigo 5º deste Regulamento, no valor mínimo de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Ao final do prazo de duração da 1ª Série, os recursos da Reserva de Caixa serão alocados para fins de resgate das cotas seniores sendo que a segregação contábil antes mencionada será efetuada mediante instrução da **ADMINISTRADORA** ao **CUSTODIANTE**.

7. AMORTIZAÇÃO E RESGATE. A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores, as cotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês
1/36	1/35	1/34	1/33	1/32	1/31
19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
1/30	1/29	1/28	1/27	1/26	1/25
25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
1/24	1/23	1/22	1/21	1/20	1/19
31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
1/18	1/17	1/16	1/15	1/14	1/13
37º mês	38º mês	39º mês	40º mês	41º mês	42º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7
43º mês	44º mês	45º mês	46º mês	47º mês	
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	

7.1. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

7.2. O resgate das cotas seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores.

7.3. As cotas subordinadas poderão ser amortizadas mensalmente, após comunicação e concordância dos cotistas subordinados, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 44º (quadragésimo quarto) mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores, ressalvada a hipótese prevista no artigo 35 do Regulamento.

7.4. A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que a relação entre o valor das quotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja maior que 25% (vinte e cinco por cento), ressalvada a hipótese prevista no artigo 35 do Regulamento, e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das cotas seniores prevista para aquele mês, definida neste Suplemento; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de cotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção da Razão de Garantia definida no artigo 40 do Regulamento.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2008.

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,
CÂMBIO E COMMODITIES**

Administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BICBANCO Crédito Consignado

ANEXO II – LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR ENTE PÚBLICO CONVENIADO, EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Ente Público Conveniado	Limite Máximo em relação ao Patrimônio Líquido
Marinha do Brasil	22%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	16%
Prefeitura Municipal de São Paulo	16%
Exército do Brasil	15%
Governo do Estado do Amazonas	15%
Demais Entes Públicos Conveniados	7%

Observando-se ainda que, desconsiderando-se a concentração do Ente Público Conveniado Marinha, o somatório dos 6 (seis) maiores índices de concentração não poderá exceder a 58% (cinquenta e oito por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, respeitados as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade

Complementarmente, a **ADMINISTRADORA** buscará manter a carteira do **FUNDO** diversificada com Direitos de Crédito Elegíveis cujas fontes pagadoras sejam mais de 18 (dezoito) Entes Públicos Conveniados.